



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 157

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 04 DE DEZEMBRO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Claudio Romanelli*
Líder da Oposição *Valdir Rossoni*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Ademar Traiano*
Democratas *Plauto Miró*
PT *Elton Welter*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
PTB *Fábio Camargo*
Bloco PPS/PMN *Dr. Batista*
Bloco PSB/PR/PRB/PV *Reni Pereira*

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 157

144ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Indicações 03

Questões de Ordem 04

Requerimentos 04

Projetos de Lei 10

Pequeno Expediente:

Dep. Elton Welter 11

Dep. Elio Rusch 13

Dep. Plauto Miró 15

Dep. Péricles de Mello 16

Dep. Professor Luizão 18

Dep. Jocelito Canto 19

Grande Expediente:

Dep. Douglas Fabrício 21

Horário das Lideranças:

Liderança do Partido Democratas

Dep. Elio Rusch 14

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello 17

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 23

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni 25

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 27

Discussão/Votação

1ª Discussão (Proposição) 28

Redação Final 28

3ª Discussão 29

2ª Discussão 29

1ª Discussão 29

Requerimentos 32

Encerramento da Sessão 34

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias 34

DIÁRIO Nº 157

144ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

ATA DA 144ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2007

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Edgar Bueno e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademir Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Francisco Bühler, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Mamede, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (47).

Ausentes os Srs. Deputados: Luiz Accorsi, Caíto Quintana, Fábio Camargo e Ney Leprevost (04).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Carlos Simões, Marcelo Rangel e Tadeu Veneri (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Indicações:

INDICAÇÃO Nº 377/07

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário da Segurança Pública a criação de subdelegacias da Polícia Civil nos distritos da comarca de Paranavaí.

Ao Sr. Governador, Sr. Secretário da Segurança Pública:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Segurança Pública que determinem a instalação de subdelegacias nos distritos pertencentes ao município de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 04.12.07.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

Seja devido ao crescimento populacional, seja devido ao desenvolvimento natural da região, aumentaram, de modo significativo, os índices de criminalidade em Paranavaí e seu entorno regional, sobretudo nos distritos do município localizados na periferia. Assaltos, roubos à mão armada, furtos etc. passaram a fazer parte do dia-a-dia de uma população até então acostumada a deixar as portas de casa destrancadas tamanha a segurança e paz em que viviam.

Em face disso e do crescimento quase que vertiginoso desses índices, mister se faz reforçar o policiamento da região, bem como a presença da força policial do estado. Nesse sentido, terá efeito dissuasório indiscutível a instalação de delegacias sub-regionais, por meio das quais poderá ser feito trabalho de investigação e

inteligência que poderá rapidamente dar cabo de pequenos grupos de meliantes e ladrões que já começam a agir de forma mais organizada na região.

INDICAÇÃO Nº 378/07

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná, Sr. Roberto Requião, a criação da carreira de tradutor e intérprete de LIBRAS - Língua Portuguesa, nas Instituições Públicas de Ensino Superior do Estado do Paraná.

Sr. Governador:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Sr. Governador do Estado, a criação, nas Instituições Públicas de Ensino Superior do Estado do Paraná, a carreira de tradutor - intérprete de LIBRAS - Língua Portuguesa, em cumprimento ao disposto no Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005, da Presidência da República, decreto este que regula a Lei nº 10436, de 24 de abril de 2002, a qual reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. E dá outras providências.

Sala das Sessões, em 04.12.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

JUSTIFICATIVA:

As instituições públicas de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação.

No ano de 2007, no ensino público estadual, fundamental e nível médio, estão matriculados 3.334 alunos surdos, usuários da língua dos sinais, sendo que destes 784 já estão sendo atendidos por intérpretes em sala de aula.

Mediante esta situação posta, as universidades vêm se deparando com a dificuldade constante de assegurar, em sala de aula, profissionais intérpretes, que possibilitem uma maior interação entre acadêmicos surdos e ouvintes no espaço físico das Instituições de Ensino Superior, bem como têm procurado garantir, através do intérprete, apoio na aquisição do conhecimento científico a esses acadêmicos, que são usuários da Língua Brasileira de Sinais, os quais pelo aprimoramento do uso e desenvolvimento lingüístico desta língua, efetivamente terão acesso à comunicação, à informação e à educação.

As Instituições de Ensino Superior Estaduais têm assegurado aos acadêmicos a mediação de profissionais intérpretes durante as aulas, através de contrato de trabalho temporário (pela oferta de teste seletivo), devido à ausência da função de intérprete LIBRAS/Português - no quatro de servidores públicos do estado do Paraná.

A instabilidade do vínculo empregatício pode ocasionar prejuízos ao acadêmico pela perda dos profissionais intérpretes, pois esses são poucos e acabam por optar

outras funções e outras instituições, ocasionando a descontinuidade dos trabalhos desenvolvidos.

Para melhor visualizar a gravidade da situação atual, nas universidades estaduais em relação à falta desse profissional, a UNIOESTE e a UNICENTRO estão contratando professor colaborador, com proficiência em LIBRAS, para atender as necessidades das instituições.

A atuação do intérprete envolve, entre outras, estudo do processo de interpretação, leitura prévia dos textos de todas as disciplinas interpretadas, estudo da língua portuguesa e da língua de sinais com criação de idioletos junto aos surdos e professores, por meio de apoio didático.

Nesse sentido, justifica-se a necessidade da criação do cargo de intérprete no quadro de servidores públicos do estado do Paraná, pois há um avanço no ingresso de pessoas surdas nas universidades, havendo a obrigatoriedade dessas em buscar alternativas que garantam o ingresso, a permanência e a terminalidade com qualidade no ensino superior para estes educandos.

Questões de Ordem

QUESTÃO DE ORDEM

Senhor Presidente:

1. Em relação as 5 CPIs que foram recebidas pelo Presidente desta Casa no gabinete da presidência, questiona-se qual a data do protocolo da Mesa do plenário? (Data, hora e número de protocolo - DAP).

2. Em relação as 5 CPIs que foram recebidas pelo Presidente desta Casa no gabinete da presidência, questiona-se qual a data do protocolo geral deste Poder Legislativo? (Data e número de protocolo).

3. Foram publicados os requerimentos requerendo a constituição das 5 CPIs no Diário da ALEP? (Data e número do Diário da ALEP).

4. Qual o prazo regimental que a Comissão Executiva possui para análise e deliberação em relação a formação da CPI dos Cartórios protocolada na Sessão Ordinária do dia 03 de dezembro do corrente ano?

Sala das Sessões, em 04.12.07.

(a) JOCELITO CANTO

QUESTÃO DE ORDEM

Senhor Presidente:

O Superior Tribunal de Justiça - STJ enviou ofício para esta Assembléia Legislativa em 16 de maio de 2007, concernente ao pedido de autorização para processamento penal do Sr. Governador do Estado, informando que até a presente data não foi respondido. Questiona-se o seguinte:

1. Qual a data de recebimento do mesmo pela Assembléia Legislativa? (Anexar guia de recebimento e ou protocolo).

2. Quem recebeu pelo Poder Legislativo o referido ofício? (Anexar guia de trânsito da tramitação do documento).

3. Quem deveria responder ao ofício do STJ em nome do Poder Legislativo?

4. Onde encontra-se o referido ofício do STJ?

5. O ofício do STJ já foi devidamente respondido pela Assembléia Legislativa? (Anexar xerocópia da resposta ao STJ).

Sala das Sessões, em 04.12.07.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

AÇÃO PENAL Nº 424-PR (2005/0098241-8)

Relator: Ministro Teori Albino Zavascki

Autor: E DA S P

Advogado: José Antônio Faria de Brito

Réu: R R DE M E S

Réu: A P

Decisão

Tendo em consideração a nova posse do primeiro querelado no cargo de Governador do Estado do Paraná, ocorrida em 01 de janeiro de 2007, expediu-se ofício (fl. 50) renovando o pedido de autorização para o seu processamento penal. O ofício, recebido pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná em 16 de maio de 2007 (fl. 52), não foi até agora respondido. Assim, determino o sobrestamento do processo e a suspensão do prazo prescricional da pretensão punitiva relativamente ao querelado Roberto Requião de Mello e Silva, desde 16 de maio de 2007, até o término do mandato de Governador ou até que sobrevenha eventual autorização para que seja processado. Determino outrossim, o desmembramento do feito, remetendo-se cópia integral dos autos à Justiça do Estado do Paraná, para que lá seja processado o co-querelado Airtton Pisseti. Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13.11.07.

(a) Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI - Relator

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3618

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 714/07, de minha autoria, que proíbe o uso de telefones celulares em sala de aula durante o horário escolar em toda a rede pública e privada de ensino do estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 04.12.07.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 3615

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a retirada da Ordem do Dia da Proposição nº 126/07, item 01, por duas Sessões.

Sala das Sessões, em 04.12.07.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 3610

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, REQUE-REM, com fundamento no artigo 54, inciso XXXIII da Constituição Estadual e no artigo 97, inciso I e II e parágrafos 1º e 2º do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, após ouvido o douto Plenário, seja procedida convocação do Sr. João Bonifácio Cabral, Presidente do Conselho de Administração da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, para que compareça nesta Casa de Leis, às 14h30 do dia 10 de dezembro próximo, durante a Sessão Plenária Ordinária, para prestar esclarecimentos a respeito de negociações de ações da SANEPAR.

Sala das Sessões, em 04.12.07.

(aa) OSMAR BERTOLDI, DUÍLIO GENARI, VALDIR ROSSONI, PLAUTO MIRÓ, ADEMAR TRAIANO, ELIO RUSCH, DURVAL AMARAL, DOUGLAS FABRÍCIO e LUIZ CARLOS MARTINS.

REQUERIMENTO Nº 3611

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, REQUE-REM, com fundamento no artigo 54, inciso XXXIII da Constituição Estadual e no artigo 97, inciso I e II e parágrafos 1º e 2º do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, após ouvido o douto Plenário, seja procedida convocação do Sr. Raul Munhoz Neto, Diretor de Geração e Transmissão de Energia e de Telecomunicações da COPEL, para que compareça nesta Casa de Leis, às 14h30 do dia 10 de dezembro próximo, durante a Sessão plenária ordinária, para prestar esclarecimentos a respeito de negociações de ações da SANEPAR.

Sala das Sessões, em 04.12.07.

(aa) DUÍLIO GENARI, ELIO RUSCH, DURVAL AMARAL, VALDIR ROSSONI, DOUGLAS FABRÍCIO, PLAUTO MIRÓ e ANTONIO BELINATI.

REQUERIMENTO Nº 3612

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, REQUE-REM, com fundamento no artigo 54, inciso XXXIII da Constituição Estadual e no artigo 97, inciso I e II e parágrafos 1º e 2º do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, após ouvido o douto Plenário, seja procedida convocação do Sr. Sérgio Botto de Lacerda, Procurador do Estado do Paraná, para que compareça nesta Casa de Leis, às 14h30 do dia 10 de dezembro próximo, durante a Sessão plenária ordinária, para prestar esclarecimentos a respeito de negociações de ações da SANEPAR.

Sala das Sessões, em 04.12.07.

(aa) DUÍLIO GENARI, LUIZ CARLOS MARTINS, VALDIR ROSSONI, PLAUTO MIRÓ, ELIO RUSCH, DOUGLAS FABRÍCIO e DURVAL AMARAL.

REQUERIMENTO Nº 3613

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, REQUE-REM, com fundamento no artigo 54, inciso XXXIII da Constituição Estadual e no artigo 97, inciso I e II e parágrafos 1º e 2º do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, após ouvido o douto Plenário, seja formalizado convite ao Sr. Marlik Bentabet, Presidente do Conselho de Administração da Dominó Holdings S/A, para que compareça nesta Casa de Leis, às 14h30 do dia 10 de dezembro próximo, durante a Sessão plenária ordinária, para prestar esclarecimentos a respeito de negociações de ações da SANEPAR.

Sala das Sessões, em 04.12.07.

(aa) DUÍLIO GENARI, LUIZ CARLOS MARTINS, ADEMAR TRAIANO, OSMAR BERTOLDI, ELIO RUSCH, PLAUTO MIRÓ, VALDIR ROSSONI, DURVAL AMARAL e DOUGLAS FABRÍCIO.

REQUERIMENTO Nº 3614

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, REQUE-REM, com fundamento no artigo 54, inciso XXXIII da Constituição Estadual e no artigo 97, inciso I e II e parágrafos 1º e 2º do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, após ouvido o douto Plenário, seja procedida convocação do Sr. Rubens Ghillardi, Presidente da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, para que compareça nesta Casa de Leis, às 14h30 do dia 10 de dezembro próximo, durante a Sessão plenária ordinária, para prestar esclarecimentos a respeito de negociações de ações da SANEPAR.

Sala das Sessões, em 04.12.07.

(aa) DUÍLIO GENARI, OSMAR BERTOLDI, LUIZ CARLOS MARTINS, VALDIR ROSSONI, ADEMAR TRAIANO, ELIO RUSCH, PLAUTO MIRÓ, DURVAL AMARAL e DOUGLAS FABRÍCIO.

REQUERIMENTO Nº 3592

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Marcos Martins Januário - o Tião Fritz, Símbolo da MünchenFest de Ponta Grossa, ocorrido nesta data e naquela cidade.

Sala das Sessões, em 04.12.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3603

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Elli Schindler Scaramella, ocorrido dia 03 de dezembro de 2007, no município de União da Vitória.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 04.12.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 92 anos de idade, faleceu no último dia 03 de dezembro de 2007, no município de União da Vitória a Sra. Elli Schindler Scaramella, viúva do nosso saudoso Deputado Domicio Scaramella, deixou 4 filhos, 11 netos e 11 bisnetos.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

Companheira de todas as horas, mão extremosa, avó dedicada, assim era Dona Elli Schindler Scaramella.

O destino roubou-a ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos e a sua labuta diária.

Sua família, a família que adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüila, pois, saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou os familiares de Dona Elli, endereçando a eles voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 3597

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado à Sra. Maria Goretti David Lopes, em razão da posse na Presidência da Associação Brasileira de Enfermagem - ABEn, gestão 2007 - 2010, com votos extensivos às demais integrantes da Diretoria.

Esta Assembléia deseja sucesso ao trabalho essencial dessas valorosas enfermeiras.

Sala das Sessões, em 04.12.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3598

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao jornalista Franklin Vieira da Silva e ao jornalista Rogério Recco, enviando-lhes voto de congratulações, em razão do primeiro lugar no IV Prêmio OCEPAR de Jornalismo, na categoria Imprensa.

A reportagem "Os pomares do bem", do jornalista Rogério Recco, publicada no dia 9 de novembro, no O Diário, a reportagem relatou a parceria entre a ONG (Organização Não Governamental) européia e a Cooperativa COCAMAR, cujo resultado beneficiou 1.000 famílias de colhedores de laranjas da região de Paranavai.

Batizado de "Suco Justo", o projeto já rendeu 700 mil dólares para uma associação que investe em programas profissionalizantes de saúde para os colhedores.

A divulgação desse projeto retrata bem a linha de trabalho que mantém O Diário entre os veículos da imprensa mais conceituados, merecendo o reconhecimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 04.12.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3600

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após anuência do soberano Plenário, seja inserido, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Dr. Gilson Luiz Inácio, Juiz da 2ª Vara Federal, com sede em Londrina, que reconheceu, em sentença proferida, o direito dos idosos de serem contemplados com passagem gratuita para viagens interestaduais.

O respeitado magistrado agiu dentro do fiel cumprimento ao que preceitua a legislação em vigor, mas, acima de tudo, deixou clara sua postura de autoridade inteligente, humana, sensível e que respeita os cidadãos idosos. Que bom o Brasil poder contar nos quadros do Judiciário Federal com autoridades com a dignidade do Juiz em questão.

Requeiro que esta homenagem seja comunicada ao homenageado desta Casa de Leis, na esperança de que sentenças semelhantes sejam igualmente proferidas por outros Juízes brasileiros.

Sala das Sessões, em 04.12.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 3602

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Floraí pela passagem de seus 51 anos de emancipação política, no próximo dia 15 de dezembro de 2007.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Edson Luiz Ratti, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Marino Donizete Tessarolo Sanches bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população do município de Floraí.

Sala das Sessões, em 04.12.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Toda a população do município de Floraí irá comemorar festivamente, no próximo dia 15 de dezembro, a passagem do seu 51º aniversário de emancipação política.

Floraí, cidade hospitaleira, tem sob seu comando o Prefeito Edson Luiz Ratti e sua valorosa equipe de trabalho, que merece o nosso respeito e admiração pela capacidade com que continua colaborando para proporcionar melhores condições de vida ao povo floriense.

O legítimo exercício das funções legislativas e executivas repousa justamente no consentimento popular. Ao serem feitos, tanto Prefeito como Vereador, recebem uma delegação para agirem em nome do povo, e, cabe a sociedade fiscalizar suas atuações.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, sente-se honrado em associar-se às justas manifestações de júbilo do povo de Floraí, nesta significativa data da comemoração do seu 51º aniversário de emancipação política.

REQUERIMENTO Nº 3604

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de São Carlos do Ivaí, pelo transcurso do seu 51º aniversário de emancipação política, no próximo dia 16 de dezembro de 2007.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Jurandir Alves Contro, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Reinol Elias Junior bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de São Carlos do Ivaí.

Sala das Sessões, em 04.12.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande honra que nos dirigimos a toda a população do município de São Carlos do Ivaí, nesta significativa data da comemoração do seu quinquagésimo aniversário de emancipação política e administrativa.

Rendemos nossa homenagem e manifestamos nossa gratidão a todos aqueles que deram sua importante parcela de contribuição para o progresso do município.

Que Deus ilumine seus administradores, pois, os ensinamentos divinos sendo cumpridos fielmente, sintetizam, a maior expressão de dignidade e da afirmação da vida.

O município é a célula da nação. É onde a população vive, portanto, é onde o Poder Público deve se materializar para promover o bem comum.

A história da representação municipal evoluiu junto com a história do Brasil como país independente. Devemos aperfeiçoar o funcionamento das Câmaras Municipais, tornando o Regimento Interno mais claro e mais transparente o trâmite das matérias, dando celeridade ao processo legislativo, facilitando a atuação dos Srs. Vereadores.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, parabeniza toda a população de São Carlos do Ivaí pela comemoração de seus 52 anos de emancipação política e administrativa.

REQUERIMENTO Nº 3605

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações para a Associação Cultural e Esportiva de Maringá - ACEMA, pela brilhante organização que proporcionou durante toda a realização do Concurso Miss Nikkey Imin 100 do Paraná, no último sábado, dia 01 de dezembro de 2008.

O concurso foi promovido pela Liga Desportiva Paranaense e Aliança Cultural Brasil Japão do Paraná, com organização da ACEMA, onde 14 candidatas participaram representando 7 municípios paranaenses, onde a comunidade nipo-brasileira é bastante participativa.

As candidatas foram: Suellen Hidemi Hara, Diana Akemi Nabeya e Karla Katherine Shimada de Oliveira (Maringá); Dayana Pupato Shikasho, Jeniffer Mitiki Masaki Pozza e Laís Naoko Higashi (Londrina); Renata Sonomura e Marina Kazuê Omano (Cambé); Gisele Keiko Marino e Fernanda Emy Inumaru (Paranavaí); Denise Fanelli Tanaka (Munhoz de Melo); Natália Miura Catrochio (Bandeirantes) e Temilyn Shigutsi e Bruna Miyuki Endo Schuck de Curitiba.

Dentre elas foram escolhidas na final: Miss Simpatia: Bruna Miyuki Endo Schuck (Curitiba); 2ª Princesa: Karla Katherine Shimada de Oliveira (Maringá); 1ª Princesa: Laís Naoko Higashi (Londrina); Miss Imin 100: Laís Naoko Higashi (Londrina) e Miss Nikkey Paraná 2008: Natália Miura Catrochio (Bandeirantes).

Os nossos cumprimentos aos organizadores e participantes se expressam na pessoa do Sr. Eduardo Suzuki, Presidente da ACEMA.

Sala das Sessões, em 04.12.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3607

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Paula Freitas, pelo transcurso, no próximo dia 08 de dezembro de seus 43 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Paulo Henrique Matos de Almeida, Prefeito Municipal, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná receba e cumprimente a laboriosa população do município de Paula Freitas.

Sala das Sessões, em 04.12.07.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Compartilhando com a alegria de toda a população de Paula Freitas que no próximo dia 08 de dezembro de 2007 estará comemorando 43 anos de emancipação política, queremos expressar os nossos votos de muito sucesso na certeza de que o trabalho desenvolvido ao longo destes 43 anos não foi em vão, mas colaborou sobremaneira para o constante progresso da região, parabenizando através desta proposição toda a população honesta e trabalhadora que continua contribuindo para o desenvolvimento deste município.

REQUERIMENTO Nº 3608

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Ipiranga, pelo transcurso, no próximo dia 07 de dezembro de seus 113 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Luiz Carlos Blum, Prefeito Municipal, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná receba e cumprimente a laboriosa população do município de Ipiranga.

Sala das Sessões, em 04.12.07.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Compartilhando com a alegria de toda a população de Ipiranga que no próximo dia 07 de dezembro de 2007 estará comemorando 113 anos de emancipação política, queremos expressar os nossos votos de muito sucesso na certeza de que o trabalho desenvolvido ao longo destes 113 anos não foi em vão, mas colaborou sobremaneira para o constante progresso da região, parabenizando através desta proposição toda a população honesta e trabalhadora que continua contribuindo para o desenvolvimento deste município.

REQUERIMENTO Nº 3609

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Fernandes Pinheiro, pelo transcurso, no próximo dia 10 de dezembro de seus 11 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Nei Rene Schuck, Prefeito Municipal, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná receba e cumprimente a laboriosa população do município de Fernandes Pinheiro.

Sala das Sessões, em 04.12.07.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Compartilhando com a alegria de toda a população de Fernandes Pinheiro que no próximo dia 10 de dezembro de 2007 estará comemorando 11 anos de emancipação política, queremos expressar os nossos votos de muito sucesso na certeza de que o trabalho desenvolvido ao longo destes 11 anos não foi em vão, mas colaborou sobremaneira para o constante progresso da região, parabenizando através desta proposição toda a população honesta e trabalhadora que continua contribuindo para o desenvolvimento deste município.

REQUERIMENTO Nº 3587

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de expediente ao Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando a doação de um veículo Kombi para a APAE do município de Pirai do Sul.

Sala das Sessões, em 04.12.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3588

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de expediente ao Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando a doação de um veículo kombi para a APAE do município de Ipiranga.

Sala das Sessões, em 04.12.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3589

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de expediente ao Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando a doação de um veículo Kombi para a APAE do município de Castro.

Sala das Sessões, em 04.12.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3590

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de expediente ao Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando a doação de um veículo kombi para a APAE do município de Carambeí.

Sala das Sessões, em 04.12.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3591

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de expediente ao Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando a doação de um veículo kombi para a APAE do município de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04.12.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3595

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER o envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná Roberto Requião de Mello e Silva, e ao Secretário de Estado dos Transportes do Governo do Estado do Paraná, Rogério Wallbach Tizzot, solicitando informações sobre a conclusão das obras de asfaltamento da rodovia que liga os municípios de Boa Esperança do Iguaçu até Nova Prata do Iguaçu, na região sudoeste do estado.

Sala das Sessões, em 04.12.07.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

Justificamos nosso requerimento diante da necessidade de obtermos informações oficiais por parte dos órgãos do Governo do Estado sobre situação da continuidade das obras inacabadas do Governo anterior, e que são de extrema importância para o desenvolvimento sócio-econômico do sudoeste paranaense. Este é o caso da construção de ligação asfáltica entre os municípios citados neste requerimento que, ao ser concluída, possibilitará um novo e viável acesso entre as regiões sudoeste e oeste do Paraná encurtando distância e descentralizando o trânsito. De Boa Esperança do Iguaçu a Nova Prata do Iguaçu, são mais aproximadamente 15 (quinze) quilômetros de vital importância para toda a região.

REQUERIMENTO Nº 3596

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER o envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná Roberto Requião de Mello e Silva, e ao Secretário de Estado dos Transportes do Governo do Estado do Paraná, Rogério Wallbach Tizzot, solicitando informações sobre a construção da 3ª (terceira) pista, ligando a empresa SADIA S/A até o parque industrial do município de Dois Vizinhos.

Sala das Sessões, em 04.12.07.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

Justificamos nosso requerimento diante da necessidade de obtermos informações por parte dos órgãos do Governo do Estado do Paraná sobre a situação da construção da 3ª (terceira) pista que liga a empresa SADIA S/A, até o parque industrial do município de Dois Vizinhos, na saída para Francisco Beltrão.

REQUERIMENTO Nº 3601

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja endereçado expediente ao Governador Roberto Requião, solicitando que S. Exa. determine urgentes providências visando rigoroso combate à doença Huanglongbing (HLB), também conhecida como Greening, que tem atingido as plantações cítricas. Trata-se de praga que surgiu na China e já se alastrou por vários países, atingindo, também, pomares brasileiros. O combate preventivo se faz necessário, para evitar que a citricultura paranaense seja atingida por essa nova e terrível praga.

O Vereador Manoel Canônico, de Rolândia, mobilizou a Câmara Municipal de sua cidade, no sentido de alertar todas as autoridades para o novo perigo que pode destruir nossas plantas cítricas.

Acreditamos que o Sr. Governador, homem de inegável sensibilidade, haverá de acolher a presente solicitação.

Sala das Sessões, em 04.12.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 3616

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de congratulações e louvor à Galeria de Arte Jô Slaviero & Guedes.

Sala das Sessões, em 04.12.07.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Quero manifestar os meus cumprimentos e os meus votos de congratulações à Galeria de Arte Jô Slaviero & Guedes por evidenciar e reverenciar constantemente artistas brasileiros, como o artista plástico Sérgio Lucena em sua exposição "Luz e Silêncio", como também pelo trabalho de difundir e incentivar a cultura do nosso país.

A falta de iniciativa privada e pública à cultura brasileira, cria barreiras e dificuldades para o artista plástico desenvolver o seu trabalho. Quando a supremacia da arte rompe esses obstáculos, expõe-se toda capacidade intelectual, moderna e criativa do povo brasileiro. A arte deve ser incentivada, difundida e comercializada a fim de propagar o conhecimento e a história da humanidade.

Sérgio Lucena é uma personalidade que evidencia a cultura brasileira e eleva o nome do país como um celeiro de grandes pintores. Apesar das instabilidades econômicas, sociais e políticas do Brasil, artistas, como Sérgio Lucena não são impedidos de mostrar os seus valores e concepções, expressados na arte.

A Galeria de Arte Jô Slaviero & Guedes merece todo o louvor por incentivar, investir e acreditar no talento nato brasileiro e colocá-lo em evidência nacional e mundial.

O Brasil é uma fonte inesgotável de artistas talentosos que merecem ser devidamente valorizados. Nessa concepção, vejo que A Galeria de Arte Jô Slaviero & Guedes segue o caminho correto e lúcido ao prestigiar artistas em sua plenitude da obra. A galeria destaca-se por fazer parte de um grupo seletivo o qual dissemina o valor artístico. Atitude a qual merece elogios e aplausos de todos. Iniciativas como estas devem ser devidamente reconhecidas e servir de exemplo de como as iniciativas privada e pública precisam agir em prol à cultura brasileira.

A pintura seja ela primitiva, clássica, concreta, cubista, futurista, figurinista, simbólica ou contemporânea, reflete a cultura de um povo e de uma nação. Assim mostra-se necessário reconhecer e destacar àqueles que a incentivam e a propagam. Desejo sucesso a essa casa de artistas, que tenha sempre a mesma atitude lustrosa de valorizar o talento artístico brasileiro.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 844/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os teatros, salas de cinema, cultura e casa de espetáculo e shows artísticos, estabelecidos no estado do Paraná, mantidos pela iniciativa pública ou privada, deverão destinar, no mínimo, 0,5% (cinco por cento) de seus lugares para uso exclusivo de pessoas com deficiência físico-motora.

§ 1º Os assentos deverão estar situados em local de fácil acesso aos usuários portadores de deficiência, com mínima circulação de outras pessoas à sua frente, possibilitando melhor visibilidade e inexistência de interferência na visão dos espetáculos.

§ 2º Os lugares reservados para o cumprimento ao disposto nesta lei deverão ser identificados por avisos ou por alguma característica que os diferencie dos assentos destinados ao público em geral.

Art. 2º Os estabelecimentos alcançados pela presente lei deverão, de igual forma, adaptarem-se para o acesso e uso por usuários de cadeiras de rodas.

§ 1º A adaptação referida no *caput* desse artigo consubstancia-se na instalação de rampas ou de elevadores, de portas cuja largura comporte a passagem de cadeiras de rodas, de aparelhos sanitários apropriados para o uso de pessoas com deficiência, e na destinação de um local que possa acomodar os frequentadores que utilizam cadeira de rodas.

§ 2º Estarão desobrigados do cumprimento da presente lei, total ou parcialmente, aqueles estabelecimentos que apresentarem laudo técnico firmado por profissional habilitado, comprovando a impossibilidade de adaptar-se para os fins previstos nesta lei.

Art. 3º É concedido o prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta lei, para que os estabelecimentos dispostos no *caput* do artigo 1º realizem todas as adaptações necessárias e exigidas na presente lei.

Parágrafo Único. Transcorrido o prazo previsto no *caput*, ficarão os estabelecimentos que descumprirem esta lei sujeitos às seguintes penalidades:

I - advertência, na primeira autuação;

II - multa de 50 (cinquenta) UFIRs, ou índice superveniente, se não sanada a irregularidade no prazo de 30 (trinta) dias, após a advertência;

III - multa de 200 (duzentas) UFIRs, ou índice superveniente, se não sanada a irregularidade no prazo de 30 (trinta) dias após a aplicação da multa prevista no inciso II;

IV - multa de 1000 (mil) UFIRs por mês, até que seja sanada a irregularidade, caso as adaptações não tenham sido providenciadas no prazo de 30 (trinta) dias, após a aplicação da multa prevista do inciso III.

Art. 4º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.12.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei objetiva propiciar a inclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais, notadamente facilitando-lhes o acesso em eventos culturais e de lazer no âmbito do nosso estado, o que está em plena consonância com os preceitos preconizados pelo nosso texto constitucional.

O aspecto formal do projeto de lei, no que concerne a competência legislativa, encontra respaldo no artigo 24 da Constituição Federal, que assegura a competência dos estados para legislar acerca de medidas que visem à integração e proteção das pessoas portadoras de deficiência, a saber:

Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.

Da análise do mérito da proposta legislativa, mormente no que tange aos princípios constitucionais a ele aplicáveis, afere-se, igualmente sua adequação.

A Constituição Federal de 1988 adotou o princípio da igualdade, em seu artigo 5º, *caput*, e afirma que todos são iguais perante a lei, ou seja, todos têm o direito de tratamento idêntico pela lei, em consonância com os critérios estipulados pelo ordenamento jurídico.

Mencionado princípio, no entanto, não deve ser entendido em valores absolutos, pois há muito já está assentado na doutrina e na jurisprudência que o que se deve buscar efetivamente é a isonomia entre os que se submetem ao ordenamento jurídico, e não uma igualdade concebida sem qualquer propósito.

Com efeito, busca-se uma igualdade de fato e não somente de direito. É nesse sentido que leciona Ruy Barbosa:

*A regra da igualdade não consiste senão em quinhor desigualmente aos desiguais, na medida em que se desigualam. Nesta desigualdade social, proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade.*¹

Desse modo, é legítima por parte do legislador medida tendente a estabelecer privilégios a uma determinada classe de pessoas, desde que com isso se busque uma finalidade também resguardada pela ordem constitucional.

De fato, é isso que objetiva o presente projeto, uma vez que os portadores de necessidades especiais representam uma minoria que necessita de tratamento diferenciado para restar atendida em todas as suas necessidades, de modo semelhante aos demais cidadãos.

É nesse sentido que, verificado o pleno atendimento do projeto de lei aos ditames legais e constitucionais a ele atinentes, solicito o acompanhamento dos nobres colegas para a apreciação e aprovação da presente proposta legislativa nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 845/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o DETRAN do Paraná a recolher e destruir todos os veículos que forem flagrados participando de “rachas” nas ruas de municípios de nosso estado.

Art. 2º Podem ser apreendidos, automóveis, motocicletas, caminhões e demais veículos que estejam incorrendo na infração prevista no artigo anterior.

Art. 3º O cumprimento do que estabelece o artigo 1º deste projeto deve ocorrer no prazo máximo de 30 dias, contados a partir da apresentação do veículo.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.12.07.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Grande é o número de pessoas que entram para as estatísticas de vítimas fatais de “rachas” que jovens, na maioria alcoolizados ou drogados, promovem nas madrugadas. É grande a lista de vítimas que ficaram com graves seqüelas, muitos tiveram perna ou braço amputado, outros ficaram paraplégicos ou tetraplégicos, além de vítimas que sofreram abalo mental irrecuperável. A imprensa tem noticiado graves atropelamentos de cidadãos que caminhavam pelas calçadas ou estavam em ponto de ônibus e foram atingidos por carros de jovens assassinos, geralmente filhos de famílias abastadas, e

que, irresponsavelmente, estavam promovendo os chamados “rachas”. Independente da punição criminal a ser imposta pelo Judiciário, a aprovação deste projeto, determinando a destruição do veículo pego colocando em risco a vida de cidadãos, será uma rápida e boa punição a jovens que utilizam seus veículos de forma mortífera. Finalizo lembrando que a Austrália, país de 1º mundo, já implantou lei semelhante.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, primeiro orador inscrito, com a palavra o Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O dia de hoje, em função de uma lei estadual que criou a política estadual de turismo rural na agricultura familiar, esse projeto foi de autoria deste Deputado, é a Lei nº 15143/06, foi sancionada pelo Governador. A lei federal que trata do turismo rural na agricultura familiar é a Lei nº 11326, também de 2006.

No dia de hoje, na cidade de Araucária está acontecendo o Encontro Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar. Tem gente do Mato Grosso, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, dirigentes e Secretários de turismo de cidades do Paraná, técnicos ligados ao turismo, extensionistas que trabalham com a motivação de criar essas formas de visitação nas propriedades rurais.

Existe uma legislação em vigor que está estimulando, incentivando esse setor e fomos os protagonistas dessa lei, com muita satisfação estivemos lá e explanamos as perspectivas que se criaram e estão sendo implementadas nas políticas ligadas à agricultura familiar, no tocante ao turismo rural. Teremos muitas questões, a médio prazo, com os roteiros que são estabelecidos aqui na região de Colombo, Araucária, lá no oeste do Paraná, envolvendo São Miguel do Iguaçu, Matelândia. Muitos municípios estão colocando nas suas políticas públicas locais o turismo rural da agricultura familiar. Isso é fundamental como uma outra opção de renda e emprego para a agricultura familiar. Não tenho dúvida que muito se gerará, porque se valoriza o artesanato, a industrialização de derivados de origem animal e vegetal. Se valoriza, por exemplo, uma gruta numa propriedade, se valoriza a ordenha de vacas, se valoriza uma cavalgada e assim por diante.

Então, é infinito o que é possível ser explorado do ponto de vista do turismo rural na agricultura familiar. Essa é uma disciplina recente, já há muito sendo feito e haverá muito a ser feito nesse setor. Por isso esse encontro nacional proporcionará e dará foco naquilo que ainda é gargalo, para nós aqui do Poder Legislativo legislarmos, se for necessário, e também fazemos com que haja no orçamento do estado previsões no orçamento para esse segmento que é tão importante.

1. BARBOSA, Ruy. *Oração aos moços*. Editora Dycopel

O Coordenador Estadual do Turismo Rural da Agricultura Familiar é o extensionista Ednei e também lá esteve presente o Secretário Estadual da Agricultura do Paraná, Walter Bianchini. Certamente desse encontro sairão demandas que serão destinadas tanto ao Ministério do Turismo quanto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Lá surgiram várias questões, como é o caso da cidade de Mancel Ribas, uma cidade que tem mais dificuldade no Paraná. Mas lá existe, por exemplo, uma usina hidrelétrica que está parada, está em uma propriedade rural privada, lá existe um moinho de trigo, um moinho de vento que precisa ser tombado para que aquilo seja patrimônio daquela cidade, que aquilo sirva de referência para que no futuro as pessoas possam observar como era a geração de energia, como funcionavam os moinhos e assim por diante. Isso tudo precisa ser trabalhado, precisa ser incentivado, precisa ser valorizado.

Não tenho dúvida que este segmento é um segmento importante que fixa o homem no campo, é um segmento que precisa ser estimulado por Prefeitos e Prefeitas. O Governo Federal está fazendo a sua parte, o Governo Estadual está fazendo sua parte. É preciso que os gestores locais também trabalhem essa política pública de incentivar o turismo rural valorizando a cultura, valorizando aquilo que está disponível na natureza, fazendo com que haja mais emprego e renda no campo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Elio Rusch.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Fiquei um pouco perdido. Estou descendo da CCJ agora e estava convencido de que o Governo tinha retirado o projeto de lei que encaminhou a esta Casa, da questão do IPVA. Agora chego na CCJ e foi apresentado um substitutivo. Ao apresentar um substitutivo, é natural que seja um substitutivo de algum projeto. Gostaria de fazer um pergunta a V. Exa.: Foi retirado o projeto do Governo ou não foi?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

É um substitutivo ao projeto do Governo.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Então, não foi retirado o projeto. Para desfazer esse equívoco, porque estávamos convencidos de que o Governo encaminharia um novo projeto sobre o IPVA a esta Casa. Chego na CCJ esperando novo projeto e aparece um substitutivo. Entendemos de que para apresentar um substitutivo é o substitutivo de algum projeto.

Então, é o substitutivo do projeto original do Governo.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sem dúvida.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sei que V. Exa. já respondeu. Ontem falei aqui desta tribuna tudo isso, falei qual a opção...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ontem o Deputado Valdir Rossoni reclamou do sistema do som que não escutava, V. Exa. É que V. Exa. não está falando próximo ao microfone.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Vou falar bem próximo. Embora seja anti-higiénico ter que encostar a boca nesta espuma, diversos Parlamentares usam esse mesmo microfone. Não somos obrigados a encostar a boca na espuma. Queria dizer a V. Exa. e ao Deputado Rossoni, que aqui neste Parlamento estamos com uma dificuldade que, mais do que escutar, ouvir o que as pessoas estão falando.

Disse que o Governo optou por fazer um substitutivo. E pela Liderança do Governo estaremos encaminhando ao Relator do projeto na CCJ, um substitutivo de adequação do projeto, da vontade política do Governador Requião. Ilustre nobre Deputado Valdir Rossoni, disse da tribuna desta Casa, disse para V. Exa. isso, olhando nos seus olhos. Disse isso de forma intensa, profunda, olhando nos seus olhos, com o sentimento que ele pudesse escutar aquilo que eu estava dizendo, ouvir talvez. Efetivamente eu disse da tribuna que estávamos fazendo com começo, meio e fim. Sr. Presidente, peço que nós todos - ilustre Deputado Belinati, V. Exa. tem quase 40 anos de mandato parlamentar, temos aqui nesta Casa - as pessoas têm que ter mais crédito naquilo que elas estão falando, porque caso contrário, fica muito difícil podermos, de fato, conviver.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Questão de Ordem**)

Só fiz uma questão de ordem a V. Exa. Não me dirigi ao Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A questão de ordem foi respondida e não há necessidade de polemizar.

Até para aproveitar a polêmica, já que o Deputado Antonio Belinati se faz presente, é importante também lembrar que esta Casa ainda vai votar, este ano, o reajuste tão cobrado por V. Exa., pelo Deputado Antonio Anibelli, pela Deputada Luciana Rafagnin, o reajuste dos funcionários da nossa Casa.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

É que descobri que o santo protetor de V. Exa. é Santo Antônio, e faz 20 dias que toda noite acendo uma vela aos pés de Santo Antônio para abrir o coração de

V. Exa., para dar esse aumento aos funcionários da Casa. Parabéns! Foi Santo Antônio que tocou o coração do Presidente Nelson Justus.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Agradeço e estou precisando de oração.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) (**Pela Ordem**)

Já estava na tribuna. Vou fazer uma questão de ordem também. Não sabia que o Governo queria retirar as 3 mensagens. Agora, fomos informados que passou na CCJ um substitutivo ao IPVA. E aquela mensagem do DETRAN e do ITCMD foi retirada ou se mantém?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A do ITCMD já foi retirada e a do DETRAN também.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Já foi retirada e a do DETRAN também. Foi retirada a Comunicação, parte do Executivo. Na verdade só existe uma mensagem das três.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A qual o Deputado Romanelli apresentou substitutivo, aliás foi dito ontem.

Deputado Elio Rusch (Partido Democratas)

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

(**Lê:**)

“Os fatos político-administrativos precisam ser analisados sob a perspectiva da história. O calor dos acontecimentos sempre será mal conselheiro para se julgar a atuação de um homem público.

São as imagens que me ocorrem neste dia, em que um homem, cuja contribuição ao Paraná foi muito importante, está sendo homenageado na noite de hoje por seus amigos.

Sua marca, apesar das tentativas de desmerecê-la é cada vez mais forte, especialmente na cidade que o lançou como planejador e realizador: a cidade de Curitiba. Os Srs. Deputados já perceberam que estou me referindo à figura do arquiteto Jaime Lerner.

Desde o primeiro momento em que começou a visualizar a sua Curitiba como uma cidade do futuro, isso no longínquo ano de 1971, quando pela primeira vez foi guindado ao comando da capital paranaense, podia-se perceber que uma revolução urbana estava sendo iniciada.

Curiosamente, uma de suas obras mais marcantes data desse período e foi ironizada, por aqueles que lhe faziam oposição. A afirmação da época, feita por seus adversários, garantia que a Cidade Industrial, uma inovação logo seguida por inúmeros municípios, serviria como

campo de golfe de empresários estrangeiros. Grande equívoco, como o tempo se encarregaria de provar. A visão de futuro - marca de todas as administrações de Lerner que a outros faltava - logo transformaria a CIC num enorme potencial de ICMS, que hoje corresponde a mais de 20% desse imposto, gerado no estado do Paraná.

Projeto imitado em outros municípios, a começar pela vizinha Araucária, beneficiada por ser praticamente a continuidade do projeto curitibano, reforçado com a construção da REPAR, pela PETROBRAS. Hoje são dezenas de Cidades Industriais espalhadas pelo país, concentrando as indústrias nacionais e estrangeiras.

Assessorado por uma equipe onde vários nomes se destacariam - a exemplo do que fizera Ney Braga na década de 60 - revelando uma geração de grandes talentos, que mudariam a história do Paraná. Com grandes contribuições também no cenário nacional, Jaime Lerner e seus companheiros continuaram inovando.

Vencendo resistências, começou a mudar o perfil urbano de Curitiba, reservando uma das mais importantes vias da cidade apenas para o tráfego de pedestres. Surgiu o calçadão da Rua XV de Novembro, logo denominada Rua das Flores, pela beleza de sua ornamentação.

A explosão do crescimento de Curitiba, invadida pelo êxodo provocado pelas mudanças na agricultura paranaense, que deixava a monocultura cafeeira grande absorvedora de mão-de-obra, para mudar ou para a pecuária, ou para a pecuária, ou para a agricultura mecanizada.

Acrescenta-se a isso o grande volume de carros que invadiam a cidade pela política industrial implantada por Juscelino Kubitschek, exigindo outras mudanças.

A própria industrialização, incrementada pela enorme expansão da Cidade Industrial, obrigava a um novo olhar sobre o transporte coletivo.

Era preciso criar condições para que o trabalhador curitibano tivesse melhores condições de locomoção.

Começou aí a revolução no trânsito, com a implantação de canaletas exclusivas, para o transporte coletivo e a produção de ônibus especiais pela Volvo, uma companhia sueca que se instalará na CIC.

Ao mesmo tempo, ruas de tráfego mais ágil, para os automóveis surgiam, ligando os novos bairros da cidade: eram as vias expressas.

Ao lado de Jaime Lerner, nomes como Lubomir Fichinski, Ceneviva, Marcos Prado, Manoel Coelho, Cássio Taniguchi, Rafael Greca, entre outros, adquiriam dimensão.

Em seus 3 mandatos como Prefeito, 2 por nomeação e 1 por eleição direta, Jaime deixou marcas ideláveis sobre a sua Curitiba.

Os vários parques hoje desfrutados pelos curitibanos, a Ópera de Arame, a Pedreira Paulo Leminski, um arrojado espaço aberto para grandes eventos, o Jardim Botânico, o Museu Oscar Niemeyer, são algumas das muitas manifestações do gênio criativo de Lerner e sua equipe.

Guindado ao cargo de Governador pela vontade eleitoral dos paranaenses, transformou o Paraná num enorme pólo industrial, com a atração de indústrias automobilísticas e seus entornos, garantindo uma grande evolução econômica que se soma à pujante atuação do setor agroindustrial.

Também aí seu projeto sofreu restrições.

Para seus opositores, as concessões feitas eram excessivas.

Jaime porém conhecia a máxima de economia que ensina: “o dinheiro só se instala onde é bem tratado”.

Essa a razão do sucesso de seu projeto de industrialização, hoje usufruído pelo Governo atual e principalmente pelo porto de Paranaguá.

A sua preocupação com o desenvolvimento integral do estado, fez com que criasse inúmeros projetos beneficiando os municípios.

Vamos citar alguns: Paraná Urbano; ParanaSan; Paraná 12 meses; PROEM, Banco Social. Projetos esses que foram ou são aproveitados pelo atual Governo.

Esse homem, que ao completar 70 anos, recebe o respeito e a consideração do mundo inteiro, através de convites para palestras nos mais importantes centros da cultura mundial, teve a coragem de, numa entrevista recente, afirmar que se soubesse das dificuldades que a então recém implantada Lei de Responsabilidade Fiscal criaria às administrações públicas, não teria disputado um segundo mandato de Governador.

Assim é Jaime Lerner. Um homem simples, apesar do enorme conceito que desfruta. Um homem que pelo talento, competência, não precisaria da política para se fazer notar.

Bastava o conhecimento que desenvolvera para ser convocado como ainda o é, para desenvolver projetos nas maiores cidades do mundo.

Ainda hoje, como sempre fez, vai ao cinema com a sua admirável companheira Fani, sem seguranças a acompanhá-los, misturando-se ao público como um curitibano comum.

Por todas essas condições, recebe nesta noite a homenagem dos inúmeros amigos que conquistou.

Certamente o centenário gênio da arquitetura brasileira, Oscar Niemeyer, como tantos outros, se pudesse, hoje estaria em Curitiba para abraçá-lo.

Basta essa lembrança para provar que Jaime Lerner é um cidadão do mundo.

Um filho que qualquer cidade se orgulharia de ter criado.”

Passa a usar o horário do Partido Democratas

Concedo um aparte ao Deputado Ademar Traiano.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Nobre Deputado Elio Rusch, V. Exa. faz justiça na tarde de hoje ao fazer referência e prestar a homenagem,

desta tribuna, a um dos mais ilustres paranaenses, que hoje comemora 70 anos, o ex-Governador Jaime Lerner. Homem do mundo, respeitado pela mídia internacional pela sua visão de estadista, pela sua postura, pela sua simplicidade; mas acima de tudo pelas ações e pela visão que teve de mudar o contexto econômico do estado do Paraná. Quem não tem ainda em sua memória viva, muito bem registrada, a marca do Governador Jaime Lerner em todo o estado do Paraná. V. Exa. muito bem fez alusão a todas as ações, os investimentos feitos pelo Governador Jaime Lerner, quer no campo das rodovias, na área social, no trabalho fantástico realizado pela nossa querida Fany Lerner, sua esposa. Enfim, poderemos ficar aqui muito tempo falando sobre Jaime Lerner.

Quero me somar ao seu pronunciamento, dizer da alegria que teremos na noite de hoje de estar presente neste evento comemorativo, festivo, em homenagem a um dos mais ilustres homens deste Paraná, que Curitiba, com certeza, haverá de eternizá-lo como o grande Prefeito desta Capital.

Parabéns pelo seu aparte.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Concedo um aparte ao Deputado Geraldo Cartário, logo a seguir ao Deputado Júnior.

O Sr. Geraldo Cartário (PDT)

Deputado Elio Rusch, queria neste aparte que V. Exa. conceda dizer aquele velho ditado: o santo da casa nunca faz milagre. V. Exa., que não é de Curitiba, V. Exa. que não é da Região Metropolitana de Curitiba vem a esta tribuna contar a história de Curitiba para nós.

Parabéns por isso!

Nós que acompanhamos, eu principalmente que era da ARENA, quando foi nomeado Prefeito de Curitiba Jaime Lerner, ele sequer pertencia a algum partido. Ele ficou muitos anos sem se integrar, sem se filiar a algum partido político. Aí veio a exigência e ele se filiou ao partido do Governo, naquela época o partido da revolução.

Jaime Lerner, todos sabem que não é político. Nunca foi político. No entanto, pergunto a todos aqui desta Casa: qual o Governador que mais prestigiou e enalteceu a classe política do Paraná?

Hoje o Governo do Roberto Requião, ao entregar uma ambulância no município, ele não o faz através do Deputado. Ele chama a classe política aqui na frente do Palácio, deixa as ambulâncias expostas, chama os Prefeitos das cidades e nós Deputados ficamos olhando.

Depois a Liderança do Governo questiona o Governo Roberto Requião dizendo: “Por que o Deputado que representa o município não participou?” O Governador Roberto Requião fala para o Deputado ir lá no município entregar. Essa é a diferença de Jaime Lerner, que não era político. Jaime Lerner entregava ao Deputado em cheque de R\$ 500 mil, chegávamos na cidade com esse dinheiro e mostrávamos ao povo daquele município que o Deputado existia, que reivindicou, que conseguiu a liberação e levou para a obra daquele município.

Então, Jaime Lerner não é político, é arquiteto. E os arquitetos no Brasil estão se expressando em nível mundial. Está aí o Oscar Niemeyer completando 100 anos.

Certamente que Jaime Lerner chegará a esse nível. Não é político. É um grande arquiteto, grande companheiro e fiel amigo.

Todos aqui fomos aquinhoados no seu Governo.

Por isso, quero lhe cumprimentar. Se tem um político que merece receber os parabéns nos seus 70 anos é Jaime Lerner.

Muito obrigado!

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB) (Aparte)

Deputado Elio Rusch, quero me somar a V. Exa. e aos demais Deputados que se manifestaram antes, parabenizando o ex-Governador Jaime Lerner pelos seus 70 anos.

Fui Secretário dele durante 4 anos, no seu Governo. Os 4 primeiros anos de seu Governo foram muito bons.

Participei das suas atitudes, do seu idealismo, dos seus projetos e me congratulo com V. Exa.

Muito obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Quero agradecer os Deputados que fizeram apartes.

Com toda certeza eles enalteceram ainda mais o nosso pronunciamento.

Concluo dizendo o seguinte: toda pessoa, dos mais diversos níveis, cada um procura fazer a sua parte.

Agora, Jaime Lerner fez a sua história. A começar como Prefeito de Curitiba por 3 vezes e 2 vezes como Governador do Estado do Paraná. Ele teve a humildade de reconhecer que se soubesse da Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi implantada no nosso Brasil, ele não seria candidato à reeleição ao Governo do Estado.

Não poderíamos deixar passar em branco esse momento de parabenizar o arquiteto Jaime Lerner, reconhecido mundialmente como o arquiteto das grandes obras, como um homem de visão estratégica, que o Paraná e Curitiba muito lhe devem, pelos seus 70 anos que vai comemorar esta semana. E que seus amigos, hoje à noite, lhe prestarão essa grande homenagem em um restaurante desta capital.

Seria essa a nossa manifestação, para dizer do respeito e da admiração que eu devoto ao Jaime Lerner como homem público, como arquiteto, mas acima de tudo como estrategista, como homem de visão estratégica para o desenvolvimento sócio-econômico do estado e dos municípios.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência deseja, Deputado Elio Rusch, cumprimentá-lo pelo brilhante pronunciamento e imenar-se à sua manifestação. Efetivamente, a história do Paraná comprova que esse cidadão do mundo, que hoje completa 70 anos, merece todas as nossas homenagens. É

o momento de os amigos, realmente, cumprimentarem um grande amigo.

Não fala aqui o Presidente da Assembléia, fala o Nelson Justus, amigo do Jaime Lerner. Já tive a oportunidade de cumprimentá-lo, hoje, porque não vou poder estar no seu aniversário, mas as suas palavras são as dos grandes curitibanos que têm no Jaime um grande amigo e o orgulho de ser seu amigo.

Felicidades ao Jaime e à sua família! Desejo que ele tenha saúde para prosseguir na sua história que é fantástica.

Parabéns, Deputado Elio Rusch!

Com a palavra o Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães.

Deputado Plauto Miró (Partido Democratas)

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Inicialmente, quero trazer o apoio e a admiração pela pessoa à qual o Deputado Elio Rusch, no horário dos Democratas, prestou uma homenagem: o ex-Governador Jaime Lerner, também ex-Prefeito de Curitiba, merece essa homenagem, pelo período que ele exerceu mandato na vida pública e por tudo que ele fez por Curitiba e pelo estado do Paraná.

É natural que tenha o governante a Situação, que é aquela que lhe apóia, e tenha a Oposição para poder fazer o contraponto. Todos os Governos são iguais. Então, aqui fica o apreço ao Governador Jaime Lerner pelo período que ele teve na vida pública e, ao mesmo tempo, por tudo que ele fez pelo nosso estado do Paraná. Quero falar pelos campos gerais, região que represento aqui nesta Casa.

Como o processo do Legislativo é democrático, Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho, neste momento, trazer mais um alerta ao Governo do Estado do Paraná por aquilo que está acontecendo - Deputado Romanelli, o senhor como Líder, é interessante ouvir - nesta negociação que está ocorrendo entre o Governo do Estado do Paraná e os franceses, que são donos de 30% daquele consórcio chamado Dominó, esse consórcio está vendendo suas ações para a COPEL por R\$ 110 milhões, sendo que aqui na Assembléia Legislativa do Paraná aprovamos uma lei, no ano de 2004, quando o Governo já era Roberto Requião, proibindo o Governo do Estado do Paraná, proibindo suas empresas, no caso a COPEL, de participar de negócios sendo minoritário.

Quero ler um pequeno texto da lei para que todos saibam da ilegalidade que a COPEL e o Governo do Paraná estão cometendo neste procedimento da compra da COPEL. Deputado Romanelli, vou mandar uma cópia dessa lei para ver a ilegalidade que o Governo que o senhor representa está cometendo nesta Casa. A Lei nº 14286, alterada em 09 de fevereiro de 2004 e publicada no Diário Oficial, vem no texto dizendo que a COPEL fica autorizada em participar majoritariamente de consórcios

ou companhias com empresas privadas após a autorização do Poder Legislativo. Específico para esse, e na qual tenha sido considerada a lei de características gerais dos projetos, os respectivos impactos sociais e ambientais. A lei autoriza a COPEL a participar de parcerias, sendo ela uma empresa majoritária, ou melhor, que ela tenha o comando acionário das empresas e dos consórcios. Inciso II: para inviabilizar a condição de sócia majoritária, a COPEL nas parcerias já formalizadas, fica esta empresa autorizada a adquirir quotas ou ações dos sócios majoritários, pelo valor subscrito no contrato social. Então, a lei diz que a COPEL, Deputado Duílio Genari, está autorizada a comprar ações até ter o comando acionário dos consórcios ou das empresas. Naturalmente, para concluir e daí, sim, Deputado Douglas, a grande dúvida de um grande chuncho, que acredito que estão querendo criar no estado do Paraná.

Peço aqui de novo, aos Deputados da base de apoio se alertarem, que tem coisa errada nisso aqui. O nosso papel da Oposição é alertar o Poder Executivo. Tenho certeza que o Governador do Estado do Paraná não está sabendo, Deputado Valdir Rossoni, desta negociata que estão fazendo na COPEL. Porque aqui diz, que caso venha a COPEL a comprar ações para poder se tornar majoritária em uma empresa ou em um consórcio, ela tem que comprar ações de acordo com o valor subscrito no contrato social. É lei, está aqui, que a Bancada do Governo aprovou no início do Governo Requião, porque queria moralizar toda essa situação.

Temos uma séria situação, em que o Legislativo tem que se alertar, porque estão comprando por R\$ 110 milhões, aquilo que a lei manda comprar por 35. Tem coisa errada no ar e em cima disso estamos apresentando alguns requerimentos.

Concedo um aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Rapidamente, Deputado Plauto. Tem mais gravidade no caso. Como V. Exa. está encerrando o seu pronunciamento, não está no Horário da Liderança, vou trazer aqui 2 documentos que comprometem esta negociação e obriga a Oposição a entrar com uma ação popular impedindo-a.

A SRA. PRESIDENTE (Luciana Rafagnin)

Consulto se V. Exa. uso o Horário da Liderança do seu partido.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)

Tudo bem. Usamos.

(Assentimento)

Vou ler um dos requerimentos: “requer que seja procedida a convocação do Sr. Raul Munhoz Neto, Diretor de geração e transmissão de energia e de telecomunicações, para comparecer nessa Sessão Plenária da Assembléia, para prestar esclarecimentos sobre a negociação dessas ações. Estamos também convocando o Sr.

João Bonifácio C., Presidente do Conselho de Administração da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, para comparecer na Sessão Plenária desta Casa, para explicar essa negociação. Estamos convocando o Sr. Rubens, Presidente da COPEL, para comparecer nessa Sessão, para prestar os esclarecimentos.

A SRA. PRESIDENTE (Luciana Rafagnin)

Deputado Plauto, desculpe interromper V. Exa., mas o Horário da Liderança do seu partido já foi usado pelo Deputado Elio Rusch.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)

Falta só dois.

Estamos convidando, por ser uma empresa privada, o Presidente do Conselho de Administração do Dominó Holding, Marlik Bentabet para comparecer nesta Sessão Plenária e explicar aquilo que está por acontecer. Também convocar o Dr. Sérgio Botto de Lacerda, Procurador do Estado, para comparecer na Sessão Plenária, para prestar esclarecimentos. Esses são os 5 requerimentos que estou encaminhando e esperamos, com a presença de todos eles, aqui podermos passar a limpo todo esse processo. E dizer também, que se caso o representante da empresa francesa, Sr. Marlik Bentabet não comparecer, vamos denunciar ao Ministério das Relações Exteriores que ele está participando de uma corrupção ativa no estado do Paraná.

Obrigado, Srs. Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Luciana Rafagnin)

Próximo orador inscrito, Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assinamos há bastante tempo uma emenda da Deputada Cida Borghetti, uma emenda constitucional que estabelece a aposentadoria para os diretores das escolas públicas do estado do Paraná e pedagogos nas mesmas condições que os professores em salas de aula. Assinei por estar convencido da validade, da importância dessa emenda. É uma reivindicação histórica da categoria em todo o Paraná e o nosso Governador Roberto Requião, durante a campanha eleitoral, manifestou a sua posição favorável também à diminuição do tempo de aposentadoria para diretores e pedagogos.

Acho que é muito fácil de se apoiar uma proposta dessa natureza. Tanto o pedagogo como o Diretor fazem concurso, são professores efetivamente e têm um trabalho de alta responsabilidade e importância social. O Diretor, por exemplo, é escolhido por seus Pares para comandar uma escola pública. Por isso assinei, vários Deputados assinaram, a bancada do partido, nossos parabéns à Deputada. E a questão de um mês atrás, na

condição de Presidente da Comissão de Educação da Assembléia, presidi o Conselho da comissão que estabeleceu o parecer sobre a emenda, como manda o Regimento Interno da Deputada Cida Borghetti. O Deputado Cheida foi o Relator, deu parecer favorável, mas até agora essa emenda não veio ao plenário para ser votada.

Então, conversei com a Deputada Cida e com os demais Deputados, precisamos fazer um requerimento à Mesa, para que coloquem essa emenda em votação o mais depressa possível. Inclusive, temos uma sugestão: Conversei com a APP Sindicato, com o professor Lemos, Presidente da APP, entidade tão importante para o Paraná e para os professores. Que teríamos um momento extraordinário para votar essa emenda. Esta semana, no dia 07, começa o Congresso da APP Sindicato, no litoral. São 3 dias, onde vão comparecer mais de 700 delegados representativos de todos os municípios das regiões do estado do Paraná. Se colocássemos essa emenda a semana que vem, teríamos a oportunidade de trazer representações de todo estado para participar de Sessão histórica na Assembléia Legislativa. Poderiam ser mobilizados durante o Congresso, se soubéssemos de antemão a data a ser votada a emenda.

E também na semana que vem teremos a Conferência Estadual de Educação, nos dias 13, 14 e 15 de dezembro. Seria um momento excepcional para votação dessa emenda constitucional de grande importância estratégica para os professores, para a educação pública do estado do Paraná.

Então, vou solicitar nesse sentido, que a Mesa da Casa estabeleça uma data, poderia ser talvez na terça-feira, no máximo, a votação dessa emenda que sem dúvida nenhuma terá apoio da unanimidade dos Deputados Estaduais.

Segundo assunto, acho importante as questões colocadas pelo Deputado Plauto, no que diz respeito à compra das ações da COPEL. Toda ação do Governo deve ser fiscalizada com profundidade e rigor.

Agora, acho que a compra é correta, desde que siga os trâmites, passe pela Assembléia, porque com essa compra o estado do Paraná terá a hegemonia na condição das ações da SANEPAR. Isto é o mais importante, porque é uma questão estratégica, estruturante na concepção que se tem de empresas como a COPEL e a SANEPAR, empresa respeitada em toda América Latina, em todo o país. Só o município de Ponta Grossa, em 3 anos, terá mais de 80% da população beneficiada com rede de esgoto. Isto está acima de país de primeiro mundo, em função do trabalho da SANEPAR.

Então, estrategicamente, está correto o Governo em comprar ações do consórcio para que se supere também esta problemática jurídica que vem se arrastando há bastante tempo.

Agora, o papel...

(Término do tempo)

Passa a usar o horário do PT

...se há alguma suspeita em qualquer cidadão, em qualquer Deputado, que há ilegalidade nessa compra ou valores além dos valores corretos, acho que a nossa função é fiscalizar. Então, a atitude da Oposição, desta forma, deve ser respeitada e saudada por todos nós.

Agora, volto a insistir, do ponto de vista estratégico é muito importante que esta compra, pelo valor real, sem que haja qualquer suspeita em cima desta compra, fiscalização, pode ter até uma comissão que avalie o preço pago, aí sim, isto é correto! Agora, estrategicamente, defendendo a compra...

O Sr. Plauto Miró (Partido Democratas)

Permite um aparte, Deputado?

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Na sequência, Deputado Plauto.

Quero também, fui Deputado aqui 6 anos, antes de ser Prefeito de Ponta Grossa, e fui um crítico do Governo Lerner. Agora, a figura humana de Lerner é uma figura que eu respeito muito, acho que o Brasil todo respeita. Ninguém pode esquecer do papel e do símbolo que ele representa para a cidade de Curitiba, as marcas importantes, mesmo Ponta Grossa, se tivesse seguido algumas diretrizes do arquiteto Lerner, Deputado Plauto, teríamos ganhado muito.

Não sei se o senhor se lembra, mas quando Otto Cunha foi Prefeito de Ponta Grossa, Jaime Lerner fez um plano urbanístico para a cidade que infelizmente o Prefeito que veio depois, que é o atual Prefeito, simplesmente rasgou, colocou numa gaveta e não implantou aquele plano. Um plano que preservava os nosso trilhos, um trem turístico, seria uma das únicas cidades do Paraná, fazia uma ocupação daquela grande área da rede, que hoje é o Parque Ambiental, de uma outra forma, com uso múltiplo, com anfiteatro e parque de manobras da rede. Eu como Vereador lutei muito para que este plano fosse implementado, infelizmente foi impossível, fomos derrotados.

Mesmo quando fui Prefeito, apesar de conseguir poucos recursos e que a figura do Deputado Plauto foi importante também lembro-me quando o Lerner esteve lá inaugurando a instauração do Regente Feijó, fomos juntos com ele ao teatro, no Cine Ópera, ele se apaixonou pelo cinema, Ponta Grossa não estava no rol de municípios que receberiam recursos de programa, cinema novo, e pela conversa que tivemos ele liberou recursos e hoje temos um teatro, tem uma agenda permanente e aplaudido por toda a comunidade, não só de Ponta Grossa, na região dos campos gerais.

Agora, acho que Lerner cometeu equívocos graves enquanto foi Governador do Estado e esses equívocos lutamos contra eles, fomos derrotados, questão da COPEL, da SANEPAR, parque e a questão do pedágio - foi ele que estabeleceu esse prazo de 24 anos e as

dificuldades enormes que o Paraná tem hoje para superar essa questão do pedágio. Mas como figura humana, como intelectual, como arquiteto, ele merece o respeito de todos nós, todos os paranaenses e brasileiros, e eu quero externar também, em nome do próprio partido, os nossos parabéns pelo seu aniversário.

Cedo aparte ao Deputado Plauto.

O Sr. Plauto Miró (Partido Democratas)

Deputado Péricles, ouço o seu pronunciamento e quando o senhor fala com relação ao procedimento do estado, através da COPEL, adquirir parte do Consórcio Dominó, que detém 39% das ações da SANEPAR, quero deixar clara a nossa posição e a posição da Oposição: é de que o negócio, caso venha a ser feito, seja feito dentro da lei, aquilo que manda a Lei nº 4286, e isto da forma como está conduzido, está ilegal, está fora da lei. Por quê? A COPEL, comprando os 30% dessa forma empresa francesa, vai ficar com 45%, porque a COPEL hoje detém 15% desse consórcio. Com isto, não vai ter o comando acionário e a lei diz claramente que ela deve comprar até ter o comando acionário.

Então, a lei está sendo infringida e é isto que estamos questionando. Inclusive, o próprio preço está sendo pago pelo Governo de 110 milhões, e de acordo com a lei teria que ser pago 75 milhões, então tem 35 milhões, aí, podemos dizer que é discutível em todo esse procedimento que o Governo do Estado do Paraná pretender fazer.

Obrigado.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB) (Aparte)

Deputado Péricles, acredito que posso contribuir um pouco com seu pronunciamento, porque recebi uma documentação que será objeto do meu pronunciamento.

V. Exa. diz que tem que comprar, agora, comprar legitimamente, amparado numa lei! Primeiro, há a necessidade de se aprovar uma lei para que a COPEL possa adquirir, mas quero lhe afirmar que há uma irregularidade brutal nessa negociação. Tenho o documento em mãos, que o dono das ações, a Dominó, ofereceu aos acionistas por um valor de 42 milhões de euros, aqui está o documento da Dominó oferecendo a todos os acionistas por 42 milhões de euros,! Então, o que se subentende? Ou o valor máximo é 42 milhões ou diminui-se o valor. Não, ao contrário, a COPEL está comprando sabem por quanto? Por 500 mil euros a mais! Por que esta bondade? Há de se explicar, nós não vemos, Deputado Péricles, transparência nessa negociação. Vamos aqui mais para o didático: se V. Exa. me oferece o seu veículo por R\$ 20 mil, no mínimo eu vou dizer para V. Exa: eu lhe dou 19 mil e 900. V. Exa. diz: “Não, não posso abaixar.”

Agora eu não vou chegar para V. Exa. e dizer: pela nossa amizade, por amor à causa, pela cor do seu carro eu lhe ofereço 20 mil e 500. Foi o que a COPEL fez! O proprietário das ações, o dono das ações, Dominó, está aqui a correspondência, oferece por 42 milhões de euros e a COPEL, num surto de bondade, talvez pela véspera nata-

lina, paga 42 milhões e 500 mil euros. Eu pergunto a V. Exa.: por que isso? Por que essa bondade?

Então o que está sendo questionado, com propriedade, pelo Deputado Plauto, é esta falta de transparência. Estamos questionando por quê estamos fazendo isso com o dinheiro público, com esta bondade?

Por essa razão, estamos entrando com uma ação popular pedindo uma liminar proibindo o Governo de fazer uma negociação sem uma lei aprovada nesta Casa e também investigar por quê esta vontade súbita de bondade que tomou conta do Governo ao comprar essas ações.

Obrigado pelo aparte e espero ter contribuído.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Deputado Rossoni, tenho essas informações e por isso eu disse que tanto as questões que o senhor coloca e o Deputado Plauto, são questões que devem ser avaliadas com profundidade, acho que é papel do Governo esclarecer. Tanto o Presidente da COPEL ou o próprio consórcio têm que esclarecer ao povo do Paraná a forma como estão sendo compradas as ações. O que eu defendo é que estrategicamente sejam compradas as ações, mas de maneira correta.

Esse é o teor do meu pronunciamento, não há contradição nesse sentido com V. Exas.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Luciana Rafagnin)

Próximo orador inscrito, Professor Luizão.

Deputado Professor Luizão (PT)

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa-tarde.

Uso esta tribuna para destacar a eleição dos novos dirigentes do Partido dos Trabalhadores que ocorreu domingo. O Partido dos Trabalhadores, que existe há 27 anos, a cada ano vem aperfeiçoando o seu processo de escolha dos dirigentes e também o processo de democracia interna do partido. Não é novidade o nosso sistema de escolha de Presidente e as direções do nosso partido que é feita de forma direta, diferentemente de qualquer outro partido aqui no Brasil. Escolhemos os nossos dirigentes, tanto a nível de município quanto à nível de zonais, nível estadual ou o nosso Presidente Nacional de forma direta. Todo filiado que é filiado há mais de um ano no partido e esteja em dia com seus compromissos partidários tem direito a voto. O cidadão de qualquer município deste país filiado ao PT, ele vota para escolher o seu dirigente máximo, o seu Presidente nacional. É um grande diferencial, sem menosprezar nenhum outro partido.

Mas, acredito que estamos contribuindo muito para o fortalecimento dos partidos no Brasil, que é uma coisa que o PT sempre defende, o fortalecimento dos partidos em detrimento da valorização individual do dirigente. O país é sempre mais do que o filiado individualmente, seja ele ocupante do cargo que for. Tivemos oportunidade, no

último domingo, de fazer uma eleição direta para escolher os nossos dirigentes. Temos aproximadamente 70% já dos votos apurados, a nossa previsão é de que votaram em torno de 300 mil filiados que compareceram e depositaram seu voto. E a apuração parcial, com aproximadamente 70% dos votos apurados, dá a possibilidade de termos um 2º turno para a escolha do Presidente Nacional do Partido. No caso de nenhum dos candidatos alcançar 50% dos votos, faz-se 2º turno. O 2º turno vai se dar entre o Deputado Federal Ricardo Berzoini e Gilmar Tato e vai acontecer no dia 16 de dezembro.

Aqui no Paraná já está consolidada a eleição da nossa companheira Gleisi como Presidente Estadual do PT, com mais de 80% dos votos que já foram apurados. A Gleisi está sendo consagrada como a mais nova dirigente do PT no Paraná, que vai continuar o brilhante trabalho desenvolvido pelo Deputado Federal André Vargas, que comandou o PT no Paraná por vários anos. Destacar que estamos cada vez mais aperfeiçoando o nosso processo de eleição direto. E nesse dia 2 escolhemos a maioria dos dirigentes dos municípios do Brasil e dos estados também, ficando em alguns lugares o 2º turno. E para as votações as chapas se inscrevem e conforme a votação fazemos a composição dos diretórios, tanto a nível municipal, estadual e federal. De acordo com a votação de cada chapa são indicados os dirigentes naquela proporção, tanto para o Conselho de Ética, Conselho Fiscal, Diretório e Comissão Executiva.

Em Curitiba, através de um acordo, embora teve disputa também, elegemos o André Passos que é Vereador, vai ser o Presidente Municipal em Curitiba. Acredito que no dia 16 de dezembro vamos concluir o nosso processo de votação onde tiver 2º turno e a nível nacional. É claro que o companheiro Ricardo Berzoini, ele que nos momentos mais difíceis do Governo Lula, onde a imprensa e a Oposição massacraram nosso Governo e nosso partido, ele esteve na direção do nosso partido, resistindo e defendendo com bravura o nosso partido. Acredito que vai ser reconduzido a Presidência do nosso partido a nível nacional.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Luciana Rafagnin**)

Próximo orador inscrito, Sr. Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Jaime Lerner 70 anos - homenagem ao grande arquiteto de Curitiba e do Paraná.

Grande Jaime Lerner, 70 anos. Certamente hoje vão lançar o Jaime para o 3º mandato a Governador. Seria muito bom para o Paraná, cheio de experiência, bom candidato, ele ajudaria a pagar a conta do BANESTADO que ele fez lá, que estamos pagando 60 milhões por mês.

Parabéns ao nosso Presidente, que no dia do aniversário de Jaime Lerner anunciou o aumento do funcionalismo da Assembléia.

Nunca é tarde para ser feliz. Um aumentinho sempre faz bem. Finalmente parece que chega o aumento dos funcionários na Assembléia. Isso é muito bom!

Hoje vou me reportar a CPI dos Cartórios. Essa história toda começa com uma matéria da Gazeta do Povo, que hoje nas colunas perguntava o porquê da CPI dos Cartórios. Respondo: começou tudo em cima do TJ, que cria uma comissão para liberar a obra sob suspeita. No anexo que estaria superfaturado.

Após isso, protocolei vários requerimentos aqui pedindo informações, mas esta Casa, cumprindo o que determina o seu juramento do dia 1º, derrubou todos os meus requerimentos. A Assembléia não quer investigar o Poder Judiciário. Não quer!

Já estou protocolando hoje no Tribunal de Justiça todos esses requerimentos. Vamos ver se alguém do Judiciário que tenha realmente seriedade - que sabemos que tem muita gente - poderá nos informar.

CPI dos Cartórios. Por que a CPI dos Cartórios? A CPI dos Cartórios, que alguns querem deixar no esvaziamento, outras, de forma estranha, apareceram 5 CPIs que estavam esquecidas, adormecidas. Elas voltaram ontem das cinzas. Foram recuperadas e estão, segundo a Mesa, devidamente registradas na Mesa desta Casa. E essas CPIs, por mais que S. Exa. o Presidente Nelson Justus desta Casa não tenha lido em plenário a apresentação das mesmas, não está em ata nenhuma da Assembléia, não está em Sessão nenhuma, se houve um erro do Presidente ou é regimental, não precisar dar conhecimento ao Plenário. Estamos ainda verificando o nosso Estatuto. Fizemos a nossa, ontem, de acordo com a transparência, mostramos a todo mundo.

Mas espero que essas CPIs, que mais parecem laranjas, daquelas que o cara grita na feira "Olha a laranja!" E alguém pergunta: "É doce?" Enfim, é a CPI dos laranjas, o sexo dos anjos. E daí deixa-se de investigar, por exemplo, um cartório nomeado em Ponta Grossa que está titular do 2º Distrito, que pediu a opção para o 3º em Ponta Grossa e que, finalmente, o cartório nomeado em Ponta Grossa, que tem parentesco pelo Paraná afora, conseguiu agora, Srs. Deputados e membros da imprensa, uma designação para Curitiba - ele é cartório em Ponta Grossa e está designado aqui no Cartório Distrital do Pinheirinho, em Curitiba, que no caso como houve a vacância, quem deveria assumir? Deveria assumir o mais antigo cartório ou o mais antigo do município. Mas, veio um cidadão voador lá de Ponta Grossa para assumir o cargo aqui e assumiu. E diz o Código de Organização de Divisão Judiciária, que o cartório deverá residir na sede da comarca ou do distrito em que exerça as suas funções. Ele deve ser super-homem! Deve ficar meio período em Ponta Grossa e meio período em Curitiba. Não sei onde ele mora!

Esse é um caso, mas por outro lado em Matinhos, o Registro Civil, o Registro de Imóveis e o Título de Documentos é de um único cidadão e está no site da ANOREG, é só ir lá e ver. E por incrível que pareça, é filho de um Desembargador. Que coincidência! Coincidência, coisa pequena! É só coincidência do destino e nada mais!

Aqui em São José dos Pinhais tem mais um cartório e quem está designado? Mais um filho de um Desembargador. Mais um! Não sei como foi colocado lá e é isso que a CPI tem que trazer, porque isso fica ruim para o Judiciário! E assim vai, porque tem mais cartórios. em Guratuba, no Registro de Imóveis, também tem alguém designado lá e os documentos estão chegando. Se não quiserem fazer CPI, não façam e rasguem a Constituição do Paraná. Se não quiserem investigar, não investiguem! Rasguem a Constituição do Paraná! Está chegando documento todo dia e tudo o que receber aqui, vou falar. Vai ficar nos Anais desta Casa. Se a CPI não quiser investigar, eu estou colocando aqui, porque tem gente que parece que não quer fiscalizar, não sei por quê, e tem meios de comunicação - respeitando os direitos, que estão fazendo - que parece que têm ação para ser julgada e assim por diante. Mas, sigo a minha luta, porque calar quando deveria protestar, transforma homens, meios de comunicação e Poderes em covardes. E tenho muitos defeitos, mas tem um que não tenho, porque nunca fui covarde.

Grande Expediente:

A SRA. PRESIDENTE (**Luciana Rafagnin**)

No Grande Expediente, com a palavra o Deputado Douglas Fabrício, por 30 minutos.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sra. Presidente, Srs. Deputados, membros da imprensa.

Pedi o Grande Expediente para que eu pudesse conversar com os Deputados sobre 2 assuntos. O primeiro é sobre o substitutivo geral ao Projeto de Lei nº 811/07. É aquele que aumenta o imposto. Foi falado que retirava os aumentos de impostos, não sei o que, para lá e para cá. Só que hoje discutimos lá na CCJ, e por um voto de diferença o Governo ganhou o seu projeto virá aqui para que todos os Deputados possam apreciar e, aí votar a favor ou votar contra.

O que o Governo coloca lá no projeto é que ele quer tirar aquele desconto dos 15% para quem paga à vista o IPVA, ele quer tirar de 15 para 5% de desconto; e para quem paga em março, que tinha 5% antes, não terá os 5%. Deputado Reni fez um substitutivo que infelizmente não foi nem votado, porque por 1 voto nós perdemos essa

votação. Aliás, se fosse votado o seu parecer, Deputado Reni, o projeto continuaria como está hoje. Para termos uma idéia de número, esses números foram relatados pelo Deputado Líder do Governo, o Romanelli, ele disse que esse ano foi um ano que aumentou muito o emplacamento de veículos aqui no Paraná, e com isso se não tivesse redução desse desconto, já aumentaria a arrecadação do Governo. Segundo ele, a arrecadação vai chegar a R\$ 1 bilhão, e que esses descontos aqui em torno de 50%, ou R\$ 50 milhões, se caso os Deputados votarem a favor do projeto que o Governo está colocando aqui.

Então, quero antecipar o meu voto aqui, e pedir para os demais, para que nós Deputado Elio Rusch, votemos contra esse projeto, vamos votar a favor do povo, e aí o Líder do Governo sai dizendo que a Oposição é contra o povo pobre. O Governo em momento algum colocou algum projeto aqui para isentar o IPVA dos moto-boys, como eles colocam, ou de carros 1000, que talvez pessoas de menor poder aquisitivo adquiram esses carros. Então, no discurso é uma coisa e na prática é outra, o que na essência tem é que o Governo está querendo aumentar a arrecadação.

O Sr. Reni Pereira (PSB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Eu gostaria de me somar a V. Exa. e dizer, que realmente, foi uma pena o que ocorreu hoje na CCJ, porque pelo mesmo princípio que os Deputados integrantes da base aliada, que estavam na CCJ, fizeram o substitutivo e retiraram o aumento da alíquota do IPVA, aliás, diga-se de passagem, essa emenda nós já tínhamos anunciado na quarta-feira passada que faríamos, mas de qualquer maneira retirar. Mas o mesmo princípio da anterioridade, é para não pegar o contribuinte paranaense de surpresa, e a prova inequívoca de que o contribuinte já está acostumado a pagar os 15% de desconto em fevereiro é que nós não estamos fazendo uma lei nova, nós estamos alterando a lei de 2003. Portanto, há 4 anos o contribuinte do Paraná, ele se prepara no final de ano no seu 13º para pagar com 15% de desconto, e esse aumento da arrecadação na ordem de 10% que o Governo está estimando com essa diminuição de desconto, ela é lesiva ao contribuinte, porque esses contribuintes serão sim pegos de surpresa por essa lei.

E é assim que nós entendíamos, infelizmente fomos derrotados por 1 voto, essa diminuição de desconto teria que obedecer os 90 dias. Mas V. Exa., o seu partido, e aqueles Deputados que se manifestaram contra o aumento, terão a oportunidade de fazer porque nós vamos representar a emenda, subtraindo essa diminuição do aumento aqui no plenário e esperamos contar com o apoio daqueles Deputados que se manifestaram contra o aumento. E a diminuição do desconto é um aumento indireto de 10% do IPVA no Paraná.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Tenha certeza que iremos apoiar essa emenda, porque não podemos imaginar que o Governo, de uma forma ou de outra, queira aumentar os impostos. Mesmo diminuindo os descontos, ou seja, retirando um direito que a população já tinha.

Outro assunto que quero pedir muita ajuda da imprensa e dos demais Deputados. De uma certa forma os demais Deputados já ajudaram, que foi aprovar o Projeto de Lei nº 256 e que passou a vigorar como Lei pelo nº 15627. Então, sancionada pelo Governador do Estado do Paraná. É aquela lei que dispõe sobre o cancelamento de serviços prestados de forma contínua.

Ainda hoje conversando com uma pessoa, ela me dizia da dificuldade que é cancelar uma linha telefônica. Não sei aqui se V. Exas. já tiveram esse tipo de problema. Na semana passada tive uma situação dessa também na minha família, de ter que esperar mais de 1 hora no telefone para poder cancelar uma linha de telefone.

No site Documento Reservado, que traz sempre boas informações, trouxe uma reportagem sobre esse item. A nossa assessoria, atenta, acompanhou. O site conversou com as pessoas interessadas em fiscalizar esse tipo de serviço, que é o PROCON. E quando o site conversou com o PROCON dias atrás, ele ainda não estava informado dessa lei, agora já está.

Quero fazer um apelo ao PROCON, do Paraná, para que faça cumprir essa lei. Segundo o PROCON, até outubro deste ano mais de 4 mil pessoas tiveram que fazer esse tipo de cancelamento, tiveram dificuldades e entraram no PROCON.

Imaginem quantas não foram reivindicar os seus direitos.

Queria contar a história da empresária Cláudia Galego Dias, ela que saiu no site Documento Reservado e conta, que pediu que sua linha telefônica e seu acesso à internet fossem desligados, porque estava se mudando para um apartamento recém-construído que ainda não podia receber telefone. A resposta da companhia demorou 2 meses, durante os quais a empresária pagou a assinatura básica do serviço sem usar. E veio mais uma cobrança, a multa de rescisão do contrato. Para a tarifa, nada mudou. Diante de novo pedido de desligamento, a companhia cobrou novamente a multa rescisória. Na esperança de ser atendida e ressarcida a empresária pagou. Ela abriu uma reclamação no PROCON que, em 9 de outubro expediu uma carta de encaminhamento exigindo o cancelamento do serviço e a devolução em dobro, da multa cobrada indevidamente dentro do prazo de 10 dias.

Como a companhia sequer respondeu - olha só a situação. Já tem lei. Uma pergunta: O que os Deputados estão fazendo aqui? É para brincar? É para fazer lei para as empresas não cumprirem?

Tem aquela história que diz que tem lei que pega e tem lei que não pega. Esta lei nós vamos lutar para que pegue!

Olha a situação desta empresária: não conseguiu, a empresária aguarda o próximo passo, que é uma audiência extrajudicial marcada para 04 de dezembro. Uma audiência para cancelar, para dizer: “Não quero mais esse serviço”! Aí ela diz assim: “Espero que resolva, senão terei que entrar com uma ação no Tribunal de Pequenas Causas.” Aí ela fala: “Prevê, sem muita confiança, o caminho indicado pelo PROCON.” Num desabafo, sintetiza a opinião de muitos - está escrito aqui no site Documento Reservado - “Para vender o produto é uma maravilha, para encerrar é um inferno”! E tem o caso desta mulher, e neste documento está citando mais 4 mil e 200 casos, e aqui já aconteceu dentro da Assembléia. Parece que estamos brincando.

O apelo que faço, inclusive aos órgãos de imprensa, é que ajudem a divulgar esses casos para que possamos moralizar esse tipo de empresa e serviço aqui no Paraná.

O Sr. Pastor Edson Praczyk (PRB)

Permite um aparte?

(Assentimento)

Deputado Douglas, agradeço a oportunidade do aparte. Vou tentar lembrar todos os pontos que gostaria de abordar nesta oportunidade.

Primeiro, quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento. Segundo, quero parabenizar o Jornal Documento Reservado. Não tenho nenhuma ligação com eles, mas me parece um jornal sério e que abraçou uma causa mais que justa e necessária de ser defendida. Terceiro, eu faço um pedido aos órgãos de imprensa para que algum jornal, além do Documento Reservado, também dê uma atenção diferenciada a esse assunto que virou uma bagunça, um circo.

Eu vivi, durante mais de 25 dias, uma situação muito difícil, muito constrangedora, de inúmeras ligações que eu mesmo fiz para a Brasil Telecom no afã de cancelar 2 linhas telefônicas, uma inclusive com serviço de ADSL. Tive em média que esperar ao telefone 50, 55 minutos e quando eu conseguia, por fim, falar com alguém sempre a resposta, quase que freqüentemente, era a mesma: “olha, não é este setor. Transferirei para outro setor”. E lá ia, a ligação caía por terra ou se perdia ou minha paciência se esgotava. Cheguei a ponto de ironizar um dos atendentes e lhe perguntei qual seria o outro caminho, o outro mecanismo além do call center, além daquele relacionamento impessoal. Eu precisava de alguém físico para que, pelo menos, eu pudesse pegá-lo pelo colarinho porque eu sentia falta disso. Eu queria expressar a minha revolta, a minha indignação, mas sentia-me extremamente de mãos e pés atados, porque falava com uma pessoa sei lá de onde estava me atendendo.

Tive o cuidado de solicitar os bons préstimos do PROCON e quero fazer um registro e um agradecimento à coordenadora do PROCON do Paraná, a Sra. Ivanira Tereza Gavião Pinheiro, e a toda sua equipe que, de pronto, além de ter atendido a mim e a minha equipe de

uma forma muito ímpar, muito exemplar, me forneceu alguns dados que vão agregar-se ao seu pronunciamento e a esta bandeira que acho mais do que justa e que deve ser encampada pela Assembléia Legislativa do Paraná.

Em atendimento à solicitação do meu gabinete, eu pedi dados estatísticos da empresa Brasil Telecom de telefonia fixa do período de 1998 a 2007. De pronto, eles me esclareceram que o PROCON do Paraná, além dos processos administrativos abertos, que já é de praxe, decidiu, junto com os 42 PROCONs municipais do estado, medidas mais contundentes em relação à empresa acima objetivando coibir futuras práticas lesivas aos consumidores paranaenses. Temos dados, aqui, por exemplo, que nesse período foram registrados 42 mil 467 atendimentos, dos quais 11 mil 222 foram reclamações variadas, diversas, das quais a sua maioria até então não foram resolvidas.

Vou fazer apenas mais uma observação de alguns dados interessantes. Por exemplo, das reclamações que chegam ao PROCON sobre essa empresa, estão dúvidas sobre cobranças diversas, 8 mil 211; cobrança devida em geral, 3 mil 451; cancelamento ou não cumprimento do contrato, 3 mil 304; cobrança de serviço não solicitado, cobrança indevida de pulsos, cobrança de assinatura básica, cobrança de serviço não executado - o que é pior, você pagou um serviço que não foi efetuado, você reclama, depois de dias a fio, sem chegar a nenhum lugar conclusivo, sente-se uma pessoa que está sendo subestimada na sua sabedoria. E uma lista de inúmeros outros tipos de reclamações.

Portanto, é oportuna a vossa indignação, me somo a ela, vivi na pele. Anteontem que consegui com muito custo, à duras penas, cancelar a última linha. Tive que ser extremamente grosseiro com a pessoa, que sei que não tem culpa. Ela me questionou por quê razão eu estava cancelando a linha telefônica. Falei que uma das razões é por causa da incapacidade, do mau serviço, da falta de informações precisas. Tive que rasgar o verbo, como se diz, popularmente. Depois de muitos diálogos, de troca de desaforos, consegui cancelar a minha última linha telefônica.

Parabéns a V. Exa. Registro que essa lei veio no momento certo, tem que emplacar. A Assembléia Legislativa tem que fazer valer o seu papel, como Poder Legislativo, fazendo-a funcionar, além de tantas outras que são boas, positivas e benéficas à sociedade, que às vezes acabam caindo no descrédito ou no esquecimento.

Muito obrigado.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Deputado Edson, agradeço o seu aparte.

A preocupação que tenho nessa história de que tem lei que pega e lei que não pega, Deputado Valdir Rossoni, é que se acontece esse tipo de situação com pessoas esclarecidas, empresários, que têm argumentação e conhecimento e podem procurar os meios para solucionar essa situação, imaginem uma pessoa simples e humilde,

quanto tempo eles ficam enrolando essas pessoas até que elas consigam o cancelamento realmente.

Pedimos a ajuda da imprensa e das pessoas que possam divulgar essa cobrança, que não é do Deputado Douglas Fabrício, e sim da Assembléia Legislativa, do Governo do Paraná, que aprovou essa lei, que as empresas que estão previstas possam cumprir esta lei. Aqui, no documento reservado, como citei no início, fala do período de 1º de janeiro a 26 de outubro, que o PROCON realizou cerca de 4 mil e 200 atendimentos relativos à descontinuidade de serviços. São 1.142 atendimentos sobre telefonia fixa e 761 sobre telefonia móvel. Os provedores de internet ficaram com 607 reclamações. Tevé por assinatura, 532. Ainda tem um alto número daqueles cursos livres, que têm 717 atendimentos. A prestação de serviços continuados no Paraná e a falta de consideração ao consumidor está uma vergonha e também com a Assembléia Legislativa, que aprovou uma lei que o Governador sancionou e que eles não cumprem.

Por fim, reforçar o pedido a todos os Deputados que nos ajudem a fazer essa cobrança, porque esse é um trabalho realmente que a população precisa, assim como na hora do voto, para não aumentar os impostos, para não reduzir os descontos, que hoje a população tem direito no IPVA. A população precisa de Deputado que vote contra o aumento do imposto e que defenda os interesses da população.

Agradeço a oportunidade e aos Deputados que fizeram aparte e peço, mais uma vez, ajuda, que a imprensa cobre das empresas.

Obrigado.

O Sr. Elio Rusch (Partido Democratas)

Deputado Douglas, me permite um aparte?

(Assentimento)

Quero parabenizar V. Exa. Cada vez que V. Exa. usa a tribuna, procura aprofundar sobre o tema. E sei que o tema que V. Exa. está abordando na Sessão de hoje é importante por demais. Merece o crédito e esperamos que o seu reclamo chegue aos ouvidos de quem tem o poder e a competência de resolver.

Mas, gostaria de me ater a um assunto que V. Exa. também tem levantado, em relação à mensagem que o Governador do Estado do Paraná tem enviado à Assembléia Legislativa. E esse é o momento e os últimos dias de Sessões aqui na Assembléia Legislativa, que vai tomar conta das grandes discussões. Eram 3 mensagens, na verdade: ITCMD, taxas do DETRAN e o IPVA. Tomamos conhecimento no sábado que o Governador iria retirar as 3 mensagens. Ontem, diversos Parlamentares também se manifestaram sobre a retirada. Fomos surpreendidos, hoje, quando a mensagem do IPVA não foi retirada por parte do Governador, e sim foi enviado ao Relator um substitutivo de que o mesmo teria sido aprovado na CCJ. E manteve-se os 2,5% sobre o valor venal, mantem-se também o parcelamento e se reduz o desconto de 15 para 5%.

Reduzir o desconto de 15%, isso é querer tributar o contribuinte em 10% acima daquilo que ele pagaria à vista.

Tenho conversado com o Deputado Valdir Rossoni, o Deputado Plauto e V. Exa. também, temos que nos sentar e saber como vamos nos comportar na época da votação. Não podemos, de forma alguma, querer aumentar o tributo ou tirar qualquer benefício que a sociedade já tinha. E dito pelo próprio Governador e Líder do Governo, essa mensagem não iria aumentar a carga tributária, e dizendo que nós Deputados da Oposição e principalmente do PSDB e Democratas, que éramos a favor apenas dos ricos, contra os pobres, ora, retirar os descontos vai contra os interesses dos mais pobres. Ao invés de um desconto de 10%, terá só de 5%. Queremos que todos tenham o desconto de 15%. É isso que vamos defender aqui no Plenário e V. Exa., com muita propriedade, seu partido o PPS, sabemos que já tem se manifestado sobre essa questão também, Democratas já tem se manifestado, o PSDB, o Bloco Independente e haveremos de nos reunir e ver como vamos dar o encaminhamento na época da votação dessa mensagem governamental.

Parabéns a V. Exa. pelo seu pronunciamento que vem ao encontro da sociedade do Paraná. Parabéns.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Obrigado, Deputado Elio Rusch. Sobre este assunto o Deputado Reni Pereira, o Deputado Valdir Rossoni, o Deputado Elio Rusch e demais Deputados que já se manifestaram, realmente precisamos sentar, conversar e propor uma medida ou alteração nesse projeto do Governo que vai tramitar aqui na Casa, de forma que não tenha nenhum aumento de imposto. Pelo contrário, que não reduza também os benefícios que a população já tem e já que o Governo, na hora do discurso, fala que é o Governo da Carta de Puebla, que é o Governo que beneficia os pobres, então vamos propor também para isentar os carros de 1.000 cilindradas e as motos para que os moto-taxistas sejam beneficiados.

Vamos propor como um projeto da Oposição, junto com os demais Deputados que querem votar em favor da população.

Obrigado.

Horário das Lideranças:

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Passamos ao Horário das Lideranças: PDT, Bloco PSB/PR/PRB/PV; Bloco PPS/PMN

(Declinam)

PP - Com a palavra o Deputado Antonio Belinati, por 10 minutos.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Cida Borghetti, nosso futuro Prefeito de Cascavel, Edgar Bueno; Professor Luizão, futuro Prefeito de Pinhais, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Sra. Presidente Cida Borghetti, estamos apresentando nesta tarde na Assembléia Legislativa um projeto de lei que desde já faço um apelo aos nobres colegas para que analisem com atenção especial. É sobre os chamados rachas que alguns jovens irresponsáveis promovem nas ruas de Curitiba, nas grandes cidades do Paraná e do Brasil. Jovens, uma boa parte que não estudam, vivem alcoolizados, sob o efeito de drogas, aproveitando-se que o papai é rico, o papai tem dinheiro, e o jovem pega o carro ou a moto e nas altas madrugadas infernizam a vida de famílias que precisam repousar porque levantam cedo para ir trabalhar. Ficam até altas madrugadas roncando os motores em alta velocidade, fazendo os rachas. E quantas vezes têm sido noticiado de pessoas que são atropeladas nas calçadas, nos pontos de ônibus, pessoas que se tornam vítimas desses jovens irresponsáveis.

Quanta gente aqui no Paraná e no Brasil, quanta gente já teve um braço amputado, ou dois braços amputados, uma perna ou duas pernas amputadas, gente que ficou com seqüelas graves, gente que passou a ter problema mental, vítimas de atropelamento causado por esses jovens irresponsáveis. Daí o papai tem dinheiro, contrata um bom advogado, a ação rola por muitos anos na Justiça, e os cemitérios estão lotados de vítimas que morreram, vítimas até da impunidade desses jovens, verdadeiros parasitas, assassinos que promovem esses conhecidos rachas.

Sra. Presidente, estamos apresentando um projeto que, se aprovado, vai delegar, vai dar poder ao DETRAN: toda vez que a Polícia flagrar alguém fazendo racha, seja de dia, de manhã, de tarde, de noite, de madrugada, a Polícia fica autorizada a apreender o carro do motorista infrator e se esse projeto for aprovado, estamos sim copiando, não é novidade nossa, é uma lei que já está em vigor num grande país que é a Austrália, queremos que o DETRAN, todo e qualquer veículo que for flagrado, que for pego fazendo racha, seja recolhido e num prazo máximo de 30 dias passa com um trator em cima desse carro, esmaga o carro, destrói o carro utilizado no racha. Bom, o pai tem dinheiro, vai comprar outro carro, apreende o outro carro se for pego também. Isso independente da ação criminal que o jovem assassino vai responder perante a Justiça pela morte ou pelo ferimento que causou em pessoas que estavam pelas calçadas, pelas ruas.

Portanto, Sra. Presidente, queremos com esse projeto devolver um pouco a tranquilidade que as famílias têm direito e fazer com que a vida humana seja respeitada, porque estes jovens que ficam alcoolizados e drogados, na madrugada, em alta velocidade, fazendo racha, cantando pneu, eles não têm o menor respeito pela vida de seus semelhantes porque eles sabem que o papai vai pagar, vai pagar advogado e fazer o processo ficar muitos anos nas esferas do Judiciário!

Então, a exemplo do que já se adota na Austrália, queremos dar um castigo drástico, severo e muito rápido: pegou o jovem fazendo racha, apreende imediatamente o automóvel, passa com o trator em cima, esmaga. É lei, queremos que esse projeto seja transformado em lei. Esmaga, vende a massa do carro para um ferro velho e doa para uma instituição de caridade.

Isso é o mínimo que devemos fazer, porque caso contrário estou vendo a Polícia cada vez mais impotente para botar ordem, para disciplinar, para impedir a ação desses verdadeiros assassinos, podemos até chamar de marginais, que ficam colocando em permanente risco e perigo a vida das pessoas no Brasil afora! Queira Deus que nosso projeto seja aprovado!

Se um dia eu voltar a pleitear o voto do povo, sei que vou ser castigado, estes play boys, seus pais, seus familiares vão fazer campanha contra Antonio Belinati, não faz mal, prefiro perder o voto desse segmento que talvez nunca tenha tido, mas prefiro ter um projeto com coragem de fazer com que os cidadãos sejam respeitados. É um crime, um absurdo, as pessoas caminhando na calçada, na praça, no ponto de ônibus e morrem, ou perdem a perna, o braço, a memória, fruto dessa irresponsabilidade assassinada desses jovens!

Outro ponto, Sra. Presidente, tomamos conhecimento há pouco que o Governador Roberto Requião já teria assinado ou vai assinar um decreto, a exemplo do que já fez em anos anteriores, dando o que podemos chamar de um castigo para os servidores públicos, obrigando-os forçosamente a entrar em férias no período que vai do Natal até o Ano Novo, num total de 12 dias de férias forçadas.

Nossa colega Beti, Prefeita de Colombo, sabe que isso é proibido por lei. O patrão, o empregador não pode estabelecer por sua livre vontade quando o empregado tem que gozar as férias. Têm férias que ainda não venceram e queremos, desde já, alertar o Governador, a sua equipe, estamos vigilantes porque temos que levar em conta que se o servidor público já se programou para tirar férias com a família às vezes em março, em outubro, em julho, de repente se vê constrangido, por um decreto do Governador, a ter que entrar na marra, forçosamente de férias nesse período do Natal ao Ano Novo e este período de 12 dias será descontado quando chegar o momento de o servidor gozar as férias a que tem direito. Isso é um absurdo. Queremos alertar que é contra a lei e o Governante não pode estar na contra mão, não pode chocar a lei, a legislação. Se a legislação diz que isso é proibido, queremos apelar ao Sr. Governador, o decreto ainda não foi publicado, esperamos que o Governador analise, faça uma ponderação e não imponha este castigo aos servidores deste estado.

Terminando, gostaria de dizer que hoje tivemos a alegria, aquela luta que eu e alguns colegas insistimos aqui, para que a Mesa Executiva reajustasse o salário dos servidores da Assembléia Legislativa. Um dia, falei no gabinete do Presidente Nelson Justus, perguntei qual era

o Santo protetor dele. E ele disse: “Santo Antônio”. E eu disse ao Presidente Nelson Justus que iria acender todos os dias uma vela no pé de Santo Antônio para amolecer o coração do Presidente, para ele dar esse aumento que os servidores têm direito. Não sabemos ainda qual o patamar do aumento. Deverá ser igual ao do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas.

Quero parabenizar ao Presidente Nelson Justus, ao Alexandre Curi, ao Anibelli, a Cida Borghetti, a Luciana Rafagnin, a todos que compõem a Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, e dizer que a expectativa deste momento que antecede a chegada do Papai Noel, que esse aumento a ser concedido na próxima semana, seja um aumento esperado, que traga efetivamente alegria a todos os servidores que compõem, com muita competência e com muito amor, o quadro de funcionários desta importante Casa de Leis. Parabéns à Mesa Executiva, parabéns aos servidores e servidoras, obrigado ao nosso Deus, obrigado àqueles que estiveram solidários aos servidores e servidoras desta Casa, porque era um absurdo os demais Poderes serem premiados com o reajuste salarial e os nossos servidores estavam ficando de lado.

Obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Aleluia! Jesus está presente.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Ainda no Horário das Lideranças, PSDB.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB) (**Pela Ordem**)

Na data de ontem fiz um pedido de questão de ordem e V. Exa. solicitou-me que o fizesse por escrito. Tenho em mãos e vou protocolar agora esta questão de ordem, que passo a ler agora.

(Lê):

“Senhor Presidente:

O Superior Tribunal de Justiça - STJ, enviou ofício para esta Assembléia Legislativa em 16 de maio de 2007, concernente ao pedido de autorização para processamento penal do Sr. Governador do Estado, informando que até a presente data não foi respondido. Questiona-se o seguinte:

- 1) Qual a data de recebimento do mesmo pela Assembléia Legislativa? (Anexar guia de recebimento e/ou protocolo)
- 2) Quem recebeu pelo Poder Legislativo o referido ofício? (Anexar guia de trânsito da tramitação do documento)
- 3) Quem deveria responder ao ofício do STJ em nome do Poder Legislativo?
- 4) Onde encontra-se o referido ofício do STJ?
- 5) O ofício do STJ já foi devidamente respondido pela Assembléia Legislativa? (Anexar xerocópia da resposta ao STJ)

Sala das Sessões, em 04.12.07.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 AÇÃO PENAL Nº 424 - PR (2005/0098241-8)
 Relator: Ministro Teori Albino Zavascki
 Autor: E DA S P
 Advogado: José Antônio Faria de Brito
 Réu: R R DE M E S
 Réu: A P

Decisão

Tendo em consideração a nova posse do primeiro querelado no cargo de Governador do Estado do Paraná, ocorrida em 01 de janeiro de 2007, expediu-se ofício (fl. 50) renovando o pedido de autorização para o seu processamento penal. O ofício, recebido pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná em 16 de maio de 2007 (fl. 52), não foi até agora respondido. Assim, determino o sobrestamento do processo e a suspensão do prazo prescricional da pretensão punitiva relativamente ao querelado Roberto Requião de Mello e Silva, desde 16 de maio de 2007, até o término do mandato de Governador ou até que sobrevenha eventual autorização para que seja processado. Determino, outrossim, o desmembramento do feito, remetendo-se cópia integral dos autos à Justiça do Estado do Paraná, para que lá seja processado o co-querelado Airtton Pisseti. Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13.11.07.

(a) Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI - Relator
 É o que consta a questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Encaminha-se à Mesa Diretora para providências.

Liderança do PSDB. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Valdir Rossoni, por 10 minutos.

Apenas para lembrar e pedir a presença dos Srs. Deputados e Deputadas: logo mais, às 18h00, esta Casa estará homenageando o Dr. Miguel Carlos Riella, que há poucos dias recebeu na cidade do Rio de Janeiro o título de Doutor *Honoris Causa*, e que na tarde de hoje recebe, por proposição do Deputado Kielese, subscrito também pelos demais Deputados desta Casa, a Cidadania Honorária. Peço a ciência de todos os demais Deputados que possam permanecer neste plenário para receber o homenagem desta tarde.

A Mesa desde já agradece a presença das Deputadas e dos Deputados desta Casa.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. Volto ao assunto que o Deputado Plauto Miró levantou no dia de ontem, repetiu no dia de hoje, e acredito que é importante Deputado Durval, V. Exa. que é um excelente Deputado, perceber a gravidade do que está acontecendo com essa negociação.

Ora! É tão evidente Deputado Elio e Deputado Douglas, e hoje chegaram os documentos, não há mais

como fugir. Estão aqui os documentos. A proposta da Dominó oferecendo as suas ações a todos os acionistas, que é obrigado por lei, preferencialmente, por 42 milhões de euros. E aí o que acontece? É claro que deve ter servidores da COPEL não satisfeitos com essa negociação. Chega um documento onde a COPEL assina comprando estas mesmas ações que foram oferecidas por 42 milhões de euros. A COPEL, num ato de bondade, espírito natalino, diz o seguinte: "Não quero pagar 42 milhões de euroa." O que você deduz, Deputado Douglas? Que ela iria oferecer 41, 40 - e como diria - iria pechinchar para baixo. Não! A COPEL fez o contrário. Ela pediu por favor para o vendedor das ações dizendo o seguinte: "Não é 42 milhões, você se equivocou, se está errado. Quero pagar 42 milhões, 495 mil euros. Estou com vontade de pagar 500 mil euros a você."

Esta é a negociação nebulosa que toma conta e aí há uma justificativa, Deputado Douglas, a pressa do Governo justifica a bondade. o Governo não poderia jamais estar fazendo esta negociação sem autorização de uma lei específica para a Assembléia. E vou pegar a minha calculadora aqui, para que todos entendam perfeitamente.

Existe uma lei aqui na Casa, que foi sancionada pelo Sr. Governador que diz que empresas públicas só poderão participar em consórcios majoritariamente.

Além de participar majoritariamente, ela só poderá comprar ações pelo valor que está registrado na Junta Comercial. Ora! Vamos fazer uma matemática. Se pegarmos os 42 milhões de euros, sem a bondade do Governo, vamos pegar os 42 milhões de euros que está registrado na Junta Comercial e vamos transformá-los em reais. Quarenta e duas vezes 2,6 - este valor chegaria a 110 milhões. Esse é o valor que o Governo está pagando, R\$ 110 milhões. Sabem por quanto está registrado na Junta Comercial? E aí é objeto de lei, porque a lei obriga.

Está registrado na Junta Comercial por R\$ 75 milhões. Então, quer dizer, o Governo desrespeita. Primeiro, age como se o Governo fosse um bodegão: Pega o dinheiro, o cara me pede 42 e ofereço 42 e 500 e não precisa de lei específica. Aí, existe uma lei que diz que o Governo só pode comprar ações pelo valor registrado na Junta Comercial, porque senão é sonegação. Quando falo em 42 milhões de euros e o Governo, em um espírito natalino, de bondade, quer pagar 42,5 milhões de euros, quando estou falando em 75, estou falando transformado em reais. O valor registrado na Junta Comercial são R\$ 75 milhões e o Governo, em um ato de irresponsabilidade, diz que não interessa lei, não quer saber da lei e fala que vai pagar R\$ 110 milhões.

Por essa razão, os Deputados de Oposição e aqueles Deputados que desejam subscrever, estamos entrando com uma ação popular pedindo uma liminar, e temos certeza absoluta, pela nebulosidade do caso, que vamos conseguir essa liminar. E o Governo volta atrás hoje, ou amanhã, sexta ou segunda-feira estaremos com a liminar proibindo o Governo de fazer esse negócio. Isso porque,

em primeiro, não demonstra transparência e, em segundo, a prova do crime está aqui: Não interessa o valor, pois se são 500 mil euros, são 500 mil euros, o que são R\$ 1,4 milhões de bondade do Governo. Pergunto: O Botto de Lacerda foi praticamente despejado do Governo porque ele estava agarrado no Governo e não queria soltar o Governo, porque ele começou a fazer essa negociação dos 42 milhões?

Aí, surgiu agora e não sei quem é o milagreiro do Governo, que ele não quer mais pagar 42, mas quer pagar 42,5.

Quero agradecer aqui aos Srs. Parlamentares que estão atenciosamente prestando atenção. Quero dizer que continuo a refletir sobre o que disse ontem, sobre uma citação de Carlos Drummond de Andrade. Ele diz que nós somos uma eterna torcida, nós sempre estamos torcendo. Você torce para chover; quando chove demais, você torce para não chover; quando você tem um parente doente, você torce para ele melhorar; quando você está sem dinheiro, você torce para ganhar dinheiro; quando você está sem emprego, você torce para arrumar um emprego.

Quero dizer que estou em uma fase de torcer que não venha todo dia uma denúncia, porque senão o que acontece Deputado Dobrandino? É obrigação dos Parlamentares, principalmente Deputados da Oposição que estão fazendo esse trabalho, trazer para conhecimento público. E estou torcendo para que, não é possível, parece que faço isso com prazer aqui da tribuna. Não, faço com tristeza, faço com sentimento, faço de uma forma que não gostaria. Fico triste porque, olha, não faria esse pronunciamento hoje com os números. Mas sabe quando chegou esses documentos aqui? Meio-dia, num envelope dizendo para prestarmos atenção e que eles estariam prestando atenção.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Apenas para me somar ao seu pronunciamento, e realmente V. Exa. traz números concretos de informações que deixam todos nós estarrecidos diante da denúncia trazida a esta Casa.

Deputado Romanelli, V. Exa. é um grande Líder do Governo, por isso sempre nos auxilia quando fazemos apartes, sempre é importante a sua participação. Mas, gostaria de dizer, Deputado Rossoni, até para colaborar com o seu pronunciamento, olha, na COPEL, pelo que se observa nesse Governo, temos lá catedráticos em manipulação de números e em negociação. Quem não tem ainda viva na memória a negociação da aplicação daqueles recursos no Banco Santos que faliu, e que até agora os homens da COPEL e o Governador do estado não trouxeram nenhuma informação com relação a esta lesão que causaram aos cofres do Tesouro do Estado e ao dinheiro da COPEL. Agora V. Exa. traz mais um assunto à tona que real-

mente vai mexer com os ânimos, sim, com certeza, e eu quero, como Líder do PSDB, convocar a nossa bancada, como também os demais Deputados que fazem Oposição nesta Casa, para subscrevermos e propor essa ação popular, que realmente é fundamental, até porque nós estaremos protegendo o patrimônio dos paranaenses com essa ação popular - que eu não tenho a menor dúvida - haverá de prosperar e haverá de imediatamente, através de uma decisão judicial favorecer a essa nossa pretensão.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Esquecendo ainda o caso ELEJOR que também é COPEL. Deputado Durval lhe concedo um aparte.

O Sr. Durval Amaral (Partido Democratas)

Deputado Valdir Rossoni, eu quero cumprimentar V. Exa. que traz a essa Casa nessa tarde um assunto da mais extrema gravidade. Já foi ontem o Deputado Plauto fazendo essa denúncia, e agora V. Exa., com documentos está a disposição de todos nós Parlamentares, V. Exa. já me mostrou, traz a proposta que o próprio grupo Sanedo fez aos demais co-participantes da Dominó, oferecendo as suas ações por 42 milhões de euros. Qual foi a surpresa e qual é o teor dessa gravidade, porque ela faz isso por escrito. E a diretoria da COPEL, pasmem Srs. Deputados, nobre Líder do Governo, Srs. da imprensa, povo do Paraná, pasmem, a COPEL recebe uma oferta pública de comprar por 42 milhões de euros, e ela oferta 42 milhões e 500 mil euros. É inacreditável isso.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Já aconteceu na sua vida particular isso Deputado Durval?

O Sr. Durval Amaral (Partido Democratas)

Jamais. Imagina você vendedor de um veículo, você oferece a 45 mil e o comprador bonzinho fala: "Não vou pagar cinquenta". É inacreditável que eles possam ter irresponsabilidade de documentar isso. É um absurdo.

Não basta esse absurdo. Fazem isso sem lei, porque precisaria uma lei da Assembléia Legislativa autorizando a compra. Se o Governador Roberto Requião tivesse conhecimento, que a própria lei que ele mandou manda pagar apenas o valor subscrito no contrato social. E qual é o valor subscrito? São 75 milhões.

Vejam que absurdo maior ainda. Por lei a COPEL poderia pagar 75 milhões e estão pagando R\$ 110 milhões. E ainda documenta-se a imoralidade.

V. Exa. está de parabéns! Muito obrigado!

O Sr. Douglas Fabrício (PPS) (Aparte)

Parabéns pelo seu pronunciamento.

Tenho uma preocupação muito grande quando começa aquela conversa de SANEPAR, de COPEL. Por-

que a SANEPAR, lembra-se, do faturamento que teve da PAVIBRAS, uma obra de 69 milhões, pagaram mais de 100 e nem sei se está pronta a obra.

Quanto dinheiro do povo foi para o ralo.

E agora querem pagar mais do que a própria empresa pede. Quero relembrar mais uma situação, fizemos uma reunião de vários Deputados aqui, fomos ao Tribunal de Justiça, pedimos ao Presidente do Tribunal de Justiça, alertamos sobre a inconstitucionalidade de um ato do Governo, de remanejar cargos no Governo.

Queria perguntar, já que vamos de novo para a Justiça, se V. Exa. já tem uma resposta daquela ação? Muito obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não. Não foi por falta de falar aqui na tribuna, para ver se o eco da nossa voz chegava ao Tribunal de Justiça para que eles julguem. Até para dar tranquilidade ao Governo. Seria uma atitude do Tribunal de Justiça de encontro à necessidade de julgamento dessa ADIN que está lá aguardando julgamento.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

Quero dizer a V. Exa., como disse quando fui questionado pela imprensa em relação aos pronunciamentos ocorridos no dia de ontem e, é claro, pelo pronunciamento que V. Exa. faz nesta tarde.

É necessário discutir esse tema. Não sou uma pessoa que foge do debate, ao contrário, gosto de discutir os temas. Penso que é necessário que a COPEL, os diretores da COPEL possam esclarecer de forma, detalhada, essas operações que estão discutidas e até pela sua fala, realizadas. Mais do que isso que podemos observar, como bem disse o Deputado Durval Amaral, o princípio da legalidade. Ou seja, se há reserva legal de se obter autorização legislativa para se realizar a operação. Que primeiro possa acontecer esse debate.

Li aqui que V. Exas. encaminham requerimentos de convocação marcando data para segunda-feira para vir ao Plenário. Quero dizer a V. Exa. que, desde logo, me proponho para que possamos trazer as pessoas. Sinceramente, acho que ainda é cedo para trazer no Plenário, mas provavelmente numa das comissões permanentes que se pudesse, efetivamente, convidar essas autoridades e que elas viessem à Assembléia Legislativa, semana que vem, prestar esses esclarecimentos. O tema deve ser merecedor de esclarecimentos.

Eu acessei o site da BOVESPA e vi que as ações preferenciais da SANEPAR estão cotadas em 2,89. Bom, se as contas estiverem corretas, essas negociações são extraordinariamente bem sucedidas, independente desta questão do que estava sendo pago e vai ser pago agora, porque parece que está sendo pago menos da metade pelas ações ordinárias do que valem as ações preferenciais. Creio que é necessário que, de fato, tenhamos esses esclarecimentos. Tenho certeza absoluta que o Presidente

da COPEL e o Presidente do Conselho de Administração poderão esclarecer esse tema.

Queria propor a V. Exa. que tivéssemos um entendimento deste tema, para que as pessoas viessem e fizessem esses esclarecimentos de uma forma, vamos dizer assim, respeitável, naturalmente. Um processo regular em que elas pudessem ser convidadas, marcamos essa data para semana que vem e, certamente, poderão vir aqui para debater este tema numa das comissões permanentes. É a proposta que faço em função do seu pronunciamento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Primeiro, quero dizer que me tranquiliza sua atitude. Segundo, quero cumprimentá-lo pela lucidez do trato desta questão porque nós estamos com os documentos. Então, ela é real. Foi oferecido por “x”, foi pago “x” e mais um pouco de bondade. Então, é real. Quanto ao restante, nós precisamos de explicações.

Está feito o acordo. Marcamos uma data, pode ser a partir da semana que vem (segunda, terça, quarta) e nós vamos buscar os esclarecimentos, que é o nosso trabalho. Cumprimento V. Exa. e que bom seria que quando fui Líder de Governo tivesse essa lucidez e essa vontade que V. Exa. está tendo neste momento. Tenho visto e disse ontem, V. Exa. está ficando como conhaque Dreher, cada vez melhor. Por quê? Está demonstrando que quer fazer e, pode ter certeza, V. Exa. está contribuindo muito com o Governo. Não como Líder. Impor respeito ao Governo e aos servidores do Governo para que eles saibam que, aqui nesta Casa, não têm Deputados para acobertar algo que não pode ser esclarecido à opinião pública.

Cumprimento V. Exa., agradeço a atenção dos Srs. Parlamentares e agradeço a bondade da presidência por ter me concedido alguns minutos, mas o assunto era interessante e importante para esta Casa.

Obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Liderança do PMDB. Liderança do Governo.

(Declinam)

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Ordem do Dia:

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 377/07, de autoria do

Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública a criação de subdelegacias da Polícia Civil, nos distritos da Comarca de Paranaíba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 378/07, de autoria do Deputado Plauto Miró, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado, a criação da carreira de Tradutor e Intérprete de LIBRAS - Língua Portuguesa, nas Instituições Públicas de Ensino Superior no Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Questão de Ordem, subscrita pelo Deputado Jocelito Canto, constante do expediente, solicitando informações em relação às cinco CPIs. **Recebido; Protocole-se; À Presidência, para os devidos fins.**

Questão de Ordem, subscrita pelo Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente, questionando o recebimento do ofício do Superior Tribunal de Justiça. **À Comissão Executiva.**

Projeto de Lei de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Deputado Plauto Miró, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª Discussão (Proposição)

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 126/07, proposta de emenda à Constituição do Estado, de autoria dos Deputados Nelson Justus e Alexandre Curi, que altera o parágrafo 3º do artigo 210-A, da Constituição do Estado do Paraná. **PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO.**

PROPOSIÇÃO Nº 126/07 PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Art. 1º O parágrafo 3º do artigo 210-A, da Constituição do Estado do Paraná, passará a vigorar com a seguinte redação:

“§ 3º Os serviços públicos de saneamento e de abastecimento de água serão prestados por pessoas jurídicas de direito público ou por sociedade de economia mista, sob controle acionário e administrativo do Poder Público estadual ou municipal.”

Art. 2º Esta emenda constitucional entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS

ALEXANDRE CURI

Apoioamento:

Duílio Genari, Miltinho Pupio, Jocelito Canto, Elton Welter, Teruo Kato, Luiz Eduardo Cheida, Waldyr Pugliesi, Beti Pavin, Cida Borghetti, Caíto Quintana, Carlos Simões, Luciana Rafagnin, Augustinho Zucchi, Péricles de Mello, Artagão Júnior, Dobrandino da Silva, Luiz Claudio Romanelli e Mamede.

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposta de emenda à constituição estadual, com o objetivo de revigorar a idéia inicial da Proposição nº 083/04, que originou a Emenda Constitucional nº 022/07.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA DA CONSTITUIÇÃO

PROPOSIÇÃO Nº 126/07

P A R E C E R :

A presente proposta de emenda à Constituição do Estado, visa restabelecer o objetivo inicial da Proposição nº 083/84, que originou a Emenda Constitucional nº 022/07, que estabeleceu diretrizes e fundamentos para que seja proporcionada, de forma ordenada, água suficiente para atendimento das necessidades básicas dos habitantes do Paraná.

Acontece que na elaboração do substitutivo geral, o parágrafo 3º do artigo 210-A, foi retirada a exclusividade da prestação dos serviços públicos de saneamento e de abastecimento por pessoas jurídicas de direito público.

Isto posto, a Comissão Especial de Reforma da Constituição apresenta parecer favorável à presente proposta, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 03.12.07.

(aa) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Presidente

OSMAR BERTOLDI - Relator

Sobre a referida proposição, Requerimento nº 3615, de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 02 (duas) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 02 (duas) Sessões da Proposição nº 126/07.

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 425/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente de Assistência

Social São José Abassajo, com sede e foro nesta capital.
Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 425/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente de Assistência Social São José Abassajo, com sede e foro nesta capital.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28.11.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

ANTONIO BELINATI - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 656/07, de autoria dos Deputados Luiz Claudio Romanelli e Marcelo Rangel, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada municipal que liga a sede do município de Rebouças ao distrito de Marmeleiro. **Aprovado. (Publ. no DA nº 106/07, de 05/09/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 785/07, de autoria do Deputado Teruo Kato, que declara de utilidade pública a Agência de Desenvolvimento Regional de Paranaíba - ADR, com sede e foro no município de Paranaíba. **Aprovado. (Publ. no DA nº 142/07, de 05/11/07, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 566/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que dispõe sobre a instituição do calendário oficial para o turismo religioso no estado do Paraná e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CICTM. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda da CCJ.**

2ª Discussão

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 624/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que dispõe sobre a concessão de bolsa auxílio aos estudantes universitários indígenas, com base na Lei nº 13134 de 18 de abril de 2001, e alteração posterior. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CECECT E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovado o substitutivo geral da CCJ.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 694/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, fica instituído no âmbito do estado do Paraná o Dia do Alfabetizador a ser comemorado anualmente no dia 19 de setembro. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 746/07, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que denomina Guilherme Blick o anfiteatro do Colégio Estadual Humberto de Campos, localizado em Santo Antonio do Sudoeste. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CECECT E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 646/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 035/07, que fixa o efetivo da Polícia Militar do Paraná, fixado na lei de efetivo em vigência, acrescido em 95 policiais militares, os quais serão distribuídos por postos de graduação, conforme específica e adota outras providências. (Criação da Companhia Independente Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP E CF. COM EMENDA DA CCJ **Aprovado. (Publ. no DA nº 105/07, de 04/09/07, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 646/07

P A R E C E R :

I - Relatório

O projeto de lei epigrafado foi encaminhado pelo Chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem nº 035/07, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos Pares desta Casa, e tem como proposta *fixar o efetivo da Polícia Militar do Paraná, acrescendo 95 policiais militares, os quais serão distribuídos por posto de graduação, conforme específica, e adota outras providências.* (sic)

Na justificativa o autor diz que: *a medida ora proposta tem o escopo de criar a Companhia Independente Portuária a ser instalada no município de Paranaguá, assumindo exclusivamente o policiamento especializado nos portos de Paranaguá e Antonina.*

A criação da Companhia Independente Portuária é uma necessidade premente para proporcionar o nível de segurança e proteção das instalações, áreas internas, externas adjacentes e atividades portuárias exigidos pelo Plano Nacional de Segurança Pública Portuária bem como pelas proposições e recomendações do Código Internacional para Proteção de Navios e Instalações Portuárias (ISPS Code), oriundo da Resolução nº 2 da Conferência Diplomática sobre Proteção Marítima, no âmbito da IMO, de dezembro de 2002.

Diz ainda: *o atendimento das exigências internacionais de segurança é fundamental para atrair e manter o interesse dos diversos países que têm envolvimento comerciais com o Brasil sendo importante salientar que o Porto de Paranaguá é o maior exportador de grãos do país e é um ponto estratégico de extrema relevância no cenário nacional.*

É o relatório.

II - Da fundamentação do parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

O pleito governamental encontra supedâneo no inciso I do artigo 66 da Constituição do Estado que reza:

Art. 66. Ressalvados o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;

Já quanto a técnica legislativa, há de se modificar o artigo 5º do projeto de lei em apreço. Até a edição da Lei Complementar nº 095/98, art. 9º a cláusula de revogação podia ser específica ou geral. Desde então, no entanto, admite-se somente a cláusula de revogação específica. Assim, atualmente é incorreto o uso de cláusula revogatória como a constante no artigo 5º do projeto de lei em análise.

III - Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei, na forma da emenda modificativa.

Sala das Comissões, em 23.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

MAURO MORAES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 646/07

Art. 1º Modifica a redação do artigo 5º do Projeto de Lei nº 646/07, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 23.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

MAURO MORAES - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 646/07

P A R E C E R :

Chamada a opinar a Comissão de Segurança Pública não encontrou nenhum impedimento constitucional e legal para a aprovação do projeto.

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 03.12.07.

(aa) MAURO MORAES - Presidente

MAMEDE - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 646/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, objetiva fixar o efetivo da Polícia Militar do Paraná, cujo efetivo está determinado na Lei de Fixação de Efetivo em vigência, acrescido em 95 policiais militares, cujos policiais serão distribuídos por posto de graduação.

Além do aumento do efetivo, cria a Companhia Independente Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina.

Os preceitos constitucionais dão ao Governador do Estado através do seu artigo 49, não só a subordinação e a obediência, como os poderes para definir suas estruturas e competências, estipulam os seus direitos, garantias, deveres e estabelecem suas prerrogativas e as eficiências de suas atividades.

Já o artigo 16 da Lei Complementar nº 101/00, estabelece que a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que implique em aumento de despesa deve vir acompanhado do impacto financeiro e orçamentário no exercício em que a criação deva entrar em vigor.

Também, está estabelecido na Lei nº 101/00, que o aumento deva ter adequação orçamentária e financeira com o orçamento anual e a devida compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

Como está expresso na mensagem governamental, para se criar a Companhia Independente Portuária o Poder Executivo vai distribuir os cargos de policial à Major, com a inclusão de mais 90 Soldados necessários para suprir as vagas decorrentes da Companhia Independente Portuária, representando um custo mensal de R\$ 140.630,40, considerando-se o vencimento básico de R\$ 1.562,56.

Assim sendo, no que concerne a pessoal, o impacto financeiro mensal imediato para a implantação do presente projeto é de R\$ 20.393,55 (vinte mil, trezentos e noventa e três reais e cinquenta centavos).

Saliente-se que a futura inclusão de Soldados na CIA acontecerá conforme disponibilidade financeira do estado e mediante autorização do Sr. Governador do Estado, o que permitirá um planejamento do novo impacto financeiro.

Quanto à sede, as viaturas, aos móveis, armamentos, equipamentos e demais materiais assim se dará: A sede da companhia será em instalações físicas já pertencentes aos estados e já sob a administração da PMPR.

Viaturas, mobiliário, armamentos e equipamentos, bem como, materiais permanentes e de consumo, inicialmente será feito através de remanejamento interno do patrimônio da corporação.

Considerado, pois, a urgente necessidade de aumento do efetivo do policiamento, seja de Militar ou Civil, para garantia da segurança da população do estado, o nosso parecer é favorável à sua tramitação e aprovação por esta Casa.

Sala das Comissões, em 31.10.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

LUIZ NISHIMORI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 647/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 036/07, que fixa o efetivo da Polícia Militar do Paraná, fixado na lei de fixação de efetivo em vigência, acrescido em 200 policiais militares, os quais serão distribuídos por postos de graduação, conforme especifica e adota outras providências. (Criação do Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP E CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 105/07, de 04/09/07, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 647/07

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre o efetivo da Polícia Militar do Paraná, acrescentando 200 policiais militares ao seu efetivo.

Fundamentação

Chamada a opinar a Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum impedimento constitucional e legal para a aprovação do projeto.

Conclusão

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao projeto de lei em tela, na forma de uma emenda modificativa em anexo, para adequar a proposição ao artigo 9º, da Lei Complementar Federal nº 095/98.

Sala das Comissões, em 23.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 647/07

O artigo 4º do Projeto de Lei nº 647/07, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 23.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 647/07 MENSAGEM Nº 036/07

P A R E C E R :

Chamada a opinar a Comissão de Segurança Pública não encontrou nenhum impedimento constitucional e legal para a aprovação do projeto.

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 03.12.07.

(aa) MAURO MORAES - Presidente

MAMEDE - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 647/07

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise tem como escopo o aumento do contingente da Polícia Militar no estado do Paraná, alterando a Lei Estadual nº 6774/76 (Lei de Organização Básica da PM/PR), com escopo de criar o Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária.

Tendo em vista que o projeto agrega, em sua justificativa e anexos, a exegese da Lei de Responsabilidade Fiscal no tocante ao impacto financeiro-orçamentário, nada obsta seu trâmite, tanto em relação ao mérito quanto à sua legalidade.

Em assim sendo, respeitadas todas as disposições concernentes à Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, opinamos pela aprovação do projeto em tela, exarando assim parecer favorável.

Sala das Comissões, em 31.10.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 748/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que define o limite das obrigações de pequeno valor a que alude o parágrafo 3º do artigo 100 da Constituição Federal, alterado pelas Emendas Constitucionais nº 30, de 13 de setembro de 2000, e nº 37, de 12 de junho de 2002, e estabelece outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 134/07 de 22/10/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 748/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 748/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi, tem como objetivo definir o limite das obrigações de pequeno valor a que alude o artigo 100, parágrafo 3º da Constituição Federal, e estabelecer outras providências.

Diz o artigo 100:

À exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

(...)

§ 3º O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

Deve-se observar que o pagamento via precatórios se faz fundado nos preceitos da Constituição Federal, baseando-se mais especificamente no princípio da impessoalidade, tendo em vista que visa evitar qualquer espécie de favorecimento, por qualquer razão que seja.

O pagamento de débitos do estado se faz por meio de precatórios e, segundo lições do ilustre professor Alexandre de Moraes, na obra Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional, a Constituição Federal adota a regra da ordem dupla de precatórios, que consiste na fiel observância cronológica das requisições judiciais de pagamento de créditos de natureza alimentícia e de créditos de outras naturezas, de forma paralela, ou seja, haverá uma ordem cronológica de precatórios para os créditos alimentares e outra ordem cronológica de precatórios para os créditos não alimentares.

Observa-se que a Constituição da República necessita que a definição de pequeno valor seja mensurada por meio de lei ordinária, cuja gênese deve ter origem nos entes federativos, responsáveis pelo orçamento da Fazenda Pública. A partir desse posicionamento, o presente projeto está em acordo com os preceitos constitucionais, bem como as exigências trazidas pelas normas legais.

No que concerne à competência legislativa, irrefutável a legitimidade estadual para propor tal medida, uma vez que se trata de função do Poder Legislativo. Igualmente, o presente projeto não encontra óbice quanto à técnica legislativa, frente à Lei Complementar nº 095/98.

Quanto à sua constitucionalidade, está em perfeita consonância com os preceitos das cartas federal e estadual.

Ante o exposto, o parecer desta CCJ é pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 13.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 748/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 748/07, em análise, de autoria do Deputado Alexandre Curi, defini o limite das obriga-

ções de pequeno valor a que alude o parágrafo 3º do artigo 100 da Constituição Federal, alterado pelas Emendas Constitucionais nº 30, de 13 de setembro de 2000, e nº 37, de 12 de junho de 2002, e estabelece outras providências.

A Comissão de Constituição e Justiça ao examinar o projeto de lei em apreço emitiu parecer favorável.

Esta comissão chamada a exarar parecer com base no artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa, avalia que o projeto de lei visa beneficiar tanto os credores da Fazenda Pública como o erário, pois a medida proporcionará celeridade no recebimento dos créditos até o valor de 50 salários mínimos, sem a necessidade do devedor efetivar o pagamento através de precatório, podendo o exequente com crédito superior ao limitado na proposição optar pela renúncia do valor excedente para ser beneficiado.

Diante do exposto, esta comissão manifesta parecer favorável ao projeto de lei em exame, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.11.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

Requerimentos

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 3587 a 3592, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3595 e 3596, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ FERNANDES LITRO (PSDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Sra. Presidente, Srs. Parlamentares desta Casa, dizer que Boa Esperança do Iguaçu é um município ligado a Dois Vizinhos, Cruzeiro do Iguaçu e Nova Prata do Iguaçu. Ocorre que no Governo anterior foi feito um asfalto de Dois Vizinhos, Cruzeiro do Iguaçu, Foz do Chopin a Boa Esperança do Iguaçu. Foi lícitado, porque faltam 15 quilômetros para chegar a Nova Prata do Iguaçu. E nesse meio tempo esse Governo não fez esse asfalto. E a cobrança é muito grande a este Parlamentar, que sou dessa região e quero dizer que os veículos podem ir até Boa Esperança e voltar porque não tem estrada.

A comunidade amanhã estará fechando aquela estrada que liga Boa Esperança à Nova Prata do Iguaçu. Queria que o Secretário Tizzot visse essa questão do asfalto, que faltam apenas 15 quilômetros. Para a nossa agricultura, para o escoamento da safra esses municípios precisam muito. Em Dois Vizinhos tem duas faculdades e os alunos de Nova Prata do Iguaçu vêm estudar em Dois Vizinhos e fazer a volta por Salto do Lontra, que dá 50

quilômetros. Diminui 20 quilômetros. Por isso, queria que fosse aprovado este requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Está em votação o requerimento.

Aprovado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sra. Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Queria fazer um comunicado a Casa. Acabo de ser informado pela segurança da Casa que encontram nas dependências desta Assembléia Legislativa, 2 Oficiais de Justiça, que representam a Sessão Judiciária do Paraná, da Justiça Federal, para que possam intimar a mim e ao Deputado Antonio Anibelli, a pedido da Rodovia das Cataratas. E a Exma. Juíza Federal Vanessa Delazari Hofmam, de Cascavel, defere o pedido liminarmente de um mandato proibitório contra nós, contra outras pessoas, na frente ampla pela redução do pedágio. E nos impõe, se participarmos das manifestações contra o pedágio, uma multa de R\$ 8 mil por hora. Contra mim e também contra o Deputado Anibelli. Viramos réus. E mais, ofício a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal, pelo meio mais expedito, para que tomem ciência da presente decisão. Intime-se com urgência os réus.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Desculpe, Deputado Luiz Claudio Romanelli, só interrompendo V. Exa, mas aqui dentro o Exmo. Oficial de Justiça não pode lhe intimar. Nem ao senhor e nem ao Deputado Antonio Anibelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Quero dizer, na verdade, Sra. Presidente, que é uma afronta ao exercício, à imunidade parlamentar. O Parlamentar tem o direito de ter opinião, palavras e votos. Somos incólumes nessa absoluta natureza do exercício do mandato. Vê se é possível, não é o primeiro interdito proibitório contra mim expedido pelas concessionárias de pedágio. Mas, é uma desfaçatez encaminharemos aqui a esta Casa, Oficiais de Justiça. É uma violência, Deputado Anibelli.

Penso que é um desacato ao Poder Legislativo do Estado do Paraná essa desfaçatez que essa Meritíssima Juíza Federal de Cascavel, que muito provavelmente vai pegar as notas taquigráficas e ainda provavelmente mover alguma ação dizendo que estamos desacatando-a.

Lamento profundamente e é por isso que as concessionárias de pedágio no Paraná fazem o que querem com o pedágio. Não é à toa que a Ecovia está cobrando agora R\$ 11,80. É uma vergonha o povo paranaense pagar um pedágio igual a esse. Fico envergonhado de ver a Justiça Federal se prestar a esse papel ridículo em impedir que posamos defender um direito sagrado e legítimo, que é de manifestação, que todos nós temos.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

R\$ 8 mil por hora, é um absurdo, na verdade.

Então, quero manifestar, Sra. Presidente, a minha profunda indignação, não só em relação a mim e ao Deputado Anibelli, mas de qualquer Parlamentar nesta Casa, que é um direito sagrado que nós temos, e é uma violência do ponto de vista do que está sendo feito pela Juíza Federal de Cascavel neste ato que pratica contra nós.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Quero apenas me somar ao Deputado Romanelli, que realmente a Meritíssima não podia tomar uma atitude como esta. Para mim é um absurdo a atitude dela.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Queria dizer ao eminente Bacharel, Deputado Romanelli, que o Poder Judiciário tem destas coisas. Quando esta Casa deixa de fiscalizar o Poder Judiciário, o Judiciário manda estas sentenças para cá e estas obrigações. Tem que fiscalizar. Tem que se usar as prerrogativas desta Casa. Quando tiver que fazer requerimento tem que fazer, votar, pedir informação.

Quando esta Casa se cala, quando esta Casa faz de conta que nada aconteceu, daí eles vem e daqui uns dias vão querer prender o senhor.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Neste país existe a democracia. Amanhã não podemos viajar então. A Polícia Rodoviária, a Justiça Federal estará contra mim e o Deputado Romanelli e, talvez, até na porta da nossa Casa.

Mas isto, Deputado Romanelli, esta Casa abrigou há 10 ou 15 dias atrás a Frente Ampla pela Redução do Pedágio. Vários Deputados compareceram, a Televisão Educativa divulgou, a rádio do Paraná também, e eu fico feliz, porque eu e o Deputado Romanelli estamos recebendo uma honraria que o povo paranaense irá reconhecer. Estamos sendo processados por defender a redução do pedágio.

Acho que é mais, nos meus 33 anos de mandato, mais um galardão que eu levo em defesa da população, contra o roubo do pedágio, nós dois estamos sendo processados. E esta Casa, principalmente, porque temos a liberdade de aqui receber cidadãos, cidadãs, pessoas de todas as representações da sociedade e aqui ouvirmos, participarmos e depois sermos processados.

Eu fico feliz, Deputado Romanelli, amanhã o Deputado Nelson Justus estará ausente e eu estarei presidindo esta Casa, com muita honra, sendo processado pela Justiça Federal por defender a população contra o roubo do pedágio.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB) (**Pela Ordem**)

Aproveitando a fala do nosso amigo, Deputado Anibelli, como já estão protocolados alguns pedidos

de CPI, inclusive com número suficiente de assinaturas, vou pedir ao Presidente Anibelli amanhã que instale, aí sim, a CPI do Pedágio com outros motivos muito mais sérios que já tivemos na história do pedágio, mas muito mais sérios. A CEI já foi eficiente para que montássemos a estrutura de uma discussão eficiente ao Governo do Estado, mas a CPI vai ter um acondicionamento fiscal diferenciado, com a Receita Federal, com a Procuradoria Federal e, quiçá, esta Dra. Vanessa também aceite fazer a quebra de sigilo bancário e fiscal de todas as concessionárias do Paraná e dos proprietários das concessionárias.

Aí vamos ter a verdade, porque a maquiagem que foi feita na aplicação dos recursos roubados do povo do Paraná poderão ser explicados de uma maneira muito clara. Já que eles querem mexer com a Assembléia inteira, Presidente Nelson Justus, nosso professor aqui das boas idéias, infelizmente V. Exa. não vai assistir amanhã o segundo round, mas com toda certeza, o Deputado Anibelli, juntamente com os demais Vice-Presidentes, vão estar presentes para fazer esta movimentação.

Seria isto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Requerimentos n°s 3597 e 3598, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3600 e 3601, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3602 e 3604, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3605, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3607 a 3609, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3616, de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3610 a 3614, de autoria dos Deputados Osmar Bertoldi, Duílio Genari, Valdir Rossoni e demais Srs. Deputados, constantes do expediente. **Retirados pelo autor.**

Requerimento n° 3618, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Pela Ordem)

Sra. Presidente, sei que V. Exa. tirou da Ordem do Dia, a pedido do autor Alexandre Curi, o item 1, por duas sessões, mas eu gostaria de consultar: já foi constituída a comissão para analisar essa PEC do Deputado Alexandre Curi?

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

A comissão já foi constituída, composta pelos Deputados Romanelli, Osmar Bertoldi, Relator; Francisco Bühner, Elton Welter e Ney Leprevost. Solicito a V. Exa. que venha até a Mesa para que possa verificar.

Enceramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n° 518 e 616/07.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 624/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de lei n°s 646, 647 e 748/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 492, 612, 633 e 743/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA N° 255/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 9124, datado de 04 de dezembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, em favor de ADIR JOÃO BENATO, matrícula n° 40845, funcionário desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Motorista, nível NBA-01, lotado na Coordenadoria de Segurança, os seguintes períodos de tempo:

1 - 06 meses, *ex-offício*, para todos os efeitos legais, relativo a incorporação do dobro de uma licença especial que deixou de usufruir e por não haver se afastado do exercício de suas funções, durante o quinquênio compreendido entre 21.12.92 a 21.12.97, de acordo com o artigo 248, da Lei n° 6174/70;

2 - 16 anos, 10 meses e 02 dias, para efeito de aposentadoria e disponibilidade conforme assegura a Constituição Federal no Parágrafo 9º, de seu artigo 201, já descontado o tempo em paralelo de 03 anos, 06 meses e

20 dias relativo ao tempo de CLT trabalhados neste Poder Legislativo e já registrado em sua Ficha Funcional, referente aos seguintes períodos de tempo: de 01.07.64 a 02.01.66 em que trabalhou na João Benatto; de 02.01.66 a 31.07.70 trabalhados na Irmãos Benatto Ltda; de 01.04.71 a 01.08.74 em que trabalhou na Irmãos Benatto Ltda.; de 01.09.74 a 28.02.75 em que trabalhou na Franco Indl. Agropecuária Ltda.; de 01.03.76 a 31.05.76 trabalhados na Irmãos Benatto Ltda.; de 01.06.76 a 30.10.78 trabalhados na Madeireira Virjoanto Ltda.; de 01.01.88 a 30.11.88 no Instituto de Pesos e Medidas do Paraná; de 01.09.81 a 31.08.83 conforme documento CICI 011023364810; de 01.09.83 a 31.08.84 conforme documento CICI 011023364810, conforme Certidão do INSS, em anexo;

3 - 03 anos e 10 dias, para todos os efeitos legais nos termos do artigo 129, item I, da Lei nº 6174/70, relativo aos períodos de 14.09.82 a 07.07.85 e de 15.07.85 a 02.10.85 em que trabalhou no Tribunal de Contas do Estado do Paraná, tendo contribuído com a Previdência Estadual, IPE naquela época, e conforme Certidão daquele Poder, em anexo; e;

4 - 01 ano, 04 meses e 26 dias, para efeito de aposentadoria, referente aos períodos de 04.09.86 a 29.07.87 e de 30.07.87 a 31.01.88, nos termos do artigo 4º, da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03.12.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 258/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11909, datado de 26 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

colocar, a disposição, CLAUDEMIR BARBOSA COLE-RAUS, matrícula nº 7794 lotado na 1ª Secretaria dessa Assembléia Legislativa, para assessoramento junto a Diretoria de Controle e Recursos Ambientais do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, até 31 de dezembro de 2007, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28.11.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 259/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11908, datado de 26 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

colocar, a disposição, LUIZ FORNAZZARI NETO, matrícula nº 7790, lotado na 1ª Secretaria dessa Assembléia Legislativa, para assessoramento junto a Diretoria de

Controle e Recursos Ambientais do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, até 31 de dezembro de 2007, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28.11.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 260/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 12020, datado de 28 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo, HIPOLITO DOPIERALSKI FILHO, matrícula nº 40821, de cento e oitenta (180) dias, a partir de 28 de novembro de 2007, CID. X.f20.5.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04.12.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 261/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11044, datado de 31 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, para todos os efeitos legais, na ficha, funcional de JOÃO ALBERTO ESPINOLA FERREIRA, matrícula nº 40949, portador do RG nº 3.570.392-6-PR e do CIC nº 553.189.409-00, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 1º de junho de 1990, lotado no Protocolo Geral, exercendo o cargo de Almoхарife, NTC-02, o tempo de seis (6) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21.12.92 e 21.12.97, conforme lhe facultava o artigo 248, da Lei nº 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04.12.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 262/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11256, datado de 06 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, para todos os efeitos legais, na ficha, funcional de SIMONE BOABAD, matrícula nº 40836, por-

tador do RG nº 3.440.997-8-PR e do CIC nº 404.824.649-68, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 2 de maio de 1989, lotada na Biblioteca, exercendo o cargo de Consultor Administrativo, nível NUD-02, o tempo de seis (6) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21.12.92 e 21.12.97, conforme lhe facultava o artigo 248, da Lei nº 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04.12.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 263/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11009, datado de 30 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, para todos os efeitos legais, na ficha, funcional de VANESSA ELLING SCHUSTER, matrícula nº 40676, portador do RG nº 3.421.016-0-PR e do CIC nº 536.471.069-68, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 1º de agosto de 1985, lotada na Diretoria Geral, exercendo o cargo de Agente de Saúde, NTC-03, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21.12.92 e 21.12.97, conforme lhe facultava o artigo 248, da Lei nº 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04.12.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 264/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11353, datado de 08 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

revogar a Portaria nº 023/94, e mandar retificar a ficha funcional de JOSE NORATO DE LIMA, matrícula nº 40865, portador do RG nº 2.213.891-0-PR e do CPF nº 318.290.239-34, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 01 de junho de 1989, lotado na Diretoria de Serviços Especiais, exercendo o cargo de Jornalista, nível NUE-01, no sentido de excluir a anotação da contagem em

dobro de licença especial referente ao período compreendido entre 01/06/89 e 01/06/94, por falta de amparo legal.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04.12.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 265/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 12089, datado de 03 de dezembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, ROSELI TEREZINHA T. AIOLFI, matrícula nº 40887, de cento e oitenta (180) dias, a partir de 30 de outubro de 2007, CID. X.33.3.F.43.2.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04.12.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 266/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 12015, datado de 28 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, JACINTA SCHIMIDT, matrícula nº 41040, de cento e vinte (120) dias, a partir de 27 de novembro de 2007, CID. X 0 80.0.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04.12.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 267/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 12016, datado de 28 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, licença para tratamento de saúde do servidor deste Poder Legislativo, EURIDES BASSETTI NETO, matrícula nº 40397, de cento e vinte (120) dias, a partir de 27 de dezembro de 2007, CID. X F 31.6.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04.12.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 268/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em

vista o que consta do processo protocolado sob nº 11982, datado de 28 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, IRACI TORELLI PIRES, matrícula nº 40194, de sessenta (60) dias, a partir de 21 de outubro de 2007, CID. M 50.1.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04.12.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 269/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11981, datado de 28 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, licença para tratamento de saúde do servidor deste Poder Legislativo, CARLOS ARTHUR BONATO, matrícula nº 40306, de sete (07) dias, a partir de 12 de novembro de 2007, C.I.D. X H 40.2.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04.12.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 270/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11823/07, datado de 22 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

1 - mandar anotar, para todos os efeitos legais, na ficha funcional de PAULO SERGIO MULLER FARIA, matrícula nº 40144, portador do RG nº 168.208.5-PR e do CPF nº 356.057.829-91, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 23 de junho de 1982, ocupante do

cargo de Datilógrafo, nível NTC-04, lotado na Coordenadoria de Segurança, o tempo de um (01) ano, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 23/06/82 e 23/06/92, conforme lhe facultava o artigo 248, da Lei nº 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 020/98.

2 - Retificar a Portaria nº 040/02, para constar o quinquênio como compreendido entre 23/06/92 e 23/06/96 antecipado pela incorporação do decênio anterior, conforme legislação vigente à época.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04.12.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 272/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11613/07, datado de 19 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, para todos os efeitos legais, na ficha funcional de SANDRA MARA PRESTES SCHEFFER, matrícula nº 40647, portador do RG nº 3.006.997-8-PR e do CPF nº 355.458.529-72, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 09 de julho de 1985, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-03, lotada na Diretoria de Assistência ao Plenário, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21.12.92 e 21.12.97, conforme lhe facultava o artigo 248, da Lei nº 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05.12.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

